

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 29 de junho de 2020**

Aos **vinte e nove dias do mês de junho**, do ano dois mil e vinte, pelas **vinte e uma horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em Sessão Ordinária, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município.-----

O Senhor Presidente da Assembleia, **Francisco Manuel Valadas Abreu**, dada a ausência do primeiro secretário, Vítor Manuel Vilhena Saleiro e, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º, do Regimento da Assembleia Municipal, solicitou à segunda secretária **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa** (PS), que substituísse o 1.º secretário e solicitou ao deputado **Alexandre Guerreiro Figueiredo** (PS), que tomasse lugar na Mesa para ocupar o lugar de 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:** -----

**Eleitos pelo PS:** Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão, Maria Cristina Martins Brás Germano, António Manuel Horta Fontinha, Marília da Conceição Guerreiro, Manuel Barradas Dias, Mário José Soares da Silva, Maria Helena Martins Queiroz, Francisco Manuel Gaspar Carrilho, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro e a secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro. -----

**Eleitos pelo PSD:** Jorge Francisco Marques, José Romba Guerreiro, Ana Isabel Teixeira Guerreiro e Fábio Miguel Baptista. -----

**Faltaram à sessão** os deputados, Cláudio José Balbina Viseu (PS), Luís Carlos Piedade Martins (PS), Vítor Manuel Vilhena Saleiro (PS), Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro (PS), Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD) e o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, pelos deputados suplentes Manuel Barradas Dias (PS), Mário José Soares da Silva (PS), Maria Helena Martins Queiroz (PS), Francisco Manuel Gaspar Carrilho (PS), Fábio Miguel Baptista (PSD) e pela Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS), respetivamente. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a Senhora Vice-Presidente, Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e os Senhores Vereadores, João de Deus Lopes Pereira (PS), Ana Manuela Jesus Guerreiro Carmo (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD). ---

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

**A.1 - Intervenção dos Municípes;** \* -----

**A.2 - Esclarecimentos.** -----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1** - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas;-----

**B.2** - Votação da ata n.º 14, de 28 de fevereiro de 2020 (quadriénio 2017/2021); -----

**B.3** - Leitura de expediente; -----

**B.4** - Intervenções. -----

**C** - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**C.1** - Apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas de 2019, Relatório de Gestão e demais documentos financeiros que a integram, bem como Propostas de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município; -----

**C.2** - Apreciação e deliberação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico de 2020; -----

**C.3** -Apreciação e deliberação sobre a Proposta da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2020; -----

**C.4** - Ratificação da Alteração Orçamental elaborada com vista à implementação das novas medidas adotadas no âmbito do regime excecional estabelecido pela Lei n.º 06/2020, de 10 de abril - Covid-19;-----

**C.5** - Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Sr. Presidente relativa à abertura de procedimento concursal e designação de júri para o cargo de direção intermédia de 2.º grau - Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Gestão Territorial; -----

**C.6** - Apreciação e deliberação sobre a proposta do Senhor Presidente da Câmara, com vista ao reconhecimento do interesse Público Municipal da intervenção a realizar no prédio inscrito no artigo 283 da secção T de Almodôvar e Graça dos Padrões, Mártir e Santo, propriedade do Município de Almodôvar;-----

**C.7** - Apreciação e deliberação sobre a desafetação de uma parcela de terreno, sita na Rua António Cândido Colaço, com área de 72,74 m<sup>2</sup>, do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal; -----

**C.8** - Substituição de membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; -----

**C.9** - Conhecimento do Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição;-----

**C.10** - Conhecimento sobre as medidas e ações adotadas no âmbito do Covid - 19;-----

**C.11** - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

**C.12** - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nosterms e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento; -----

**C.13** - Aprovação da ata em minuta. -----

**\* Informação - covid-19**-----

Por razões de segurança e saúde pública, nesta sessão não será admitida a presença do público, salvo disposição que obrigue em sentido contrário.-----

Os municípios poderão enviar antecipadamente as suas questões para o email [assembleia.municipal@cm-almodovar.pt](mailto:assembleia.municipal@cm-almodovar.pt), ou por carta, dirigidas ao Presidente da Assembleia Municipal de Almodôvar, até às 14:30 horas do dia 27 de julho de 2020, para que as respostas sejam dadas na referida Sessão e enviadas por escrito aos respetivos subscritores. -----

O **Presidente da Assembleia**, antes de iniciar a ordem do dia começou por dizer o seguinte: -----

É com um misto de sentimentos contraditórios que vos dou as boas vindas para esta sessão da Assembleia Municipal. -----

Por um lado com a alegria contida de voltarmos à normalidade possível das funções para que fomos eleitos, com alguma esperança à mistura de podermos começar a ver a luz ao fundo do túnel desta calamidade que nos atingiu, mas, por outro lado, com a tristeza de o

fazermos nas condições que estão à vista de todos, escondendo uns dos outros, atrás de uma máscara, as nossas emoções que tanto gostaríamos de transmitir, e com o receio, justificado pela dureza das constatações a que vamos assistindo, de que este mal que nos assolou não tenha fim à vista, pelo menos a breve prazo.-----

Não posso deixar de enaltecer e agradecer profundamente a todos aqueles que estiveram na linha da frente no combate a esta terrível pandemia, no combate a este bicho que não vemos mas que transformou por completo as nossas vidas, os nossos hábitos e costumes, as nossas rotinas e as nossas tradições. E não vou enumerar ninguém para não cometer o pecado de me esquecer de alguém. Obrigado a todos aqueles que contribuíram de algum modo para que alguns de nós pudéssemos ficar confinados no recanto dos nossos lares, a salvo das investidas desta terrível praga que nos assolou, enquanto eles, na linha da frente, tudo faziam para nos proteger. Em meu nome pessoal, e julgo que posso falar em nome de toda esta Assembleia, MUITO OBRIGADO! -----

Ainda uma palavra aos munícipes que habitualmente nos acompanham, apelando à sua compreensão para a sua ausência nesta sessão, mas esperamos que compreendam e aceitem a nossa decisão, que, salvo melhor opinião, é a que melhor serve o interesse de todos nós, em termos de segurança e de saúde pública.-----

Nesta sessão da Assembleia Municipal vamos procurar ser breves, ser o mais sintético e objetivo possível nas nossas intervenções, cingimo-nos ao que é essencial e deixarmos o que é acessório, porque as circunstâncias atuais assim o aconselham. Pelo menos foi este o acordo, chamemos-lhe de “cavalheiros”, que aqui fizemos no dia em que viemos aferir as condições da sala da possibilidade de contarmos, ou não, com a presença de público para podermos realizar esta sessão da Assembleia em condições de segurança e saúde pública. -

Estiveram aqui os representantes do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal, eu próprio em representação da Mesa e as funcionárias do Núcleo de Apoio da Assembleia, para além do Dr. Manuel Campos, do Gabinete Jurídico da Câmara, que teve a amabilidade de nos acompanhar para nos dar conta, de viva voz, do parecer jurídico que solicitamos, relativamente à questão da presença de público nesta sessão e, foi fácil chegarmos a acordo, sobre os distanciamentos a respeitar na sala e há ausência de público nesta sessão, também para eles para a sua disponibilidade em aqui virem para aferir as condições a respeitar o seu muito obrigado.-----

Agora sim, vamos dar início a esta sessão da Assembleia Municipal e queria referir desde já que por um consenso, consenso tal não, mas por opinião da maioria generalizada, acha que devemos usar as máscaras, apenas as retirando quando tiverem que fazer alguma intervenção. O espaço, apesar dos distanciamentos, é fechado e não convém infringirmos as normas que nos aconselham. -----

Também pelo que foi acordado para esta sessão da Assembleia com os representantes do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal, nunca o fizemos até aqui, mas vamos fazê-lo nesta sessão, iremos ter especial atenção ao cumprimento dos tempos de intervenção, de acordo com o que está estipulado no Regimento da Assembleia. Os tempos de intervenção dos deputados municipais são de três minutos e é esse tempo que nós iremos respeitar. Nunca o fizemos até aqui, vocês sabem disso perfeitamente, todos os deputados têm tido direito a falar abertamente, a dizer das vossas opiniões, o que lhes vai na alma, ultrapassando quase sempre os tempos estipulados no Regimento, mas hoje, pelo acordo que foi feito com os representantes do Partido Socialista e do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal, vamos procurar respeitar estes tempos que estão estipulados no Regimento.-----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO:** -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que foi utilizado**. -----

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu, relativamente a este ponto, que em comum acordo entre a Mesa da Assembleia Municipal, os representantes dos Grupos Municipais do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, em conformidade com o n.º 2, do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março e ainda com as recomendações emanadas da Direção Geral de Saúde, **a presente sessão, não admite a presença de público, por razões de segurança e de saúde pública.** -----

Nesses termos foram informados os munícipes, através de edital, das Redes Sociais e página oficial do Município que poderiam enviar antecipadamente as suas questões para o email: assembleia.municipal@cm-almodovar.pt, ou por carta, dirigidas ao Presidente da Assembleia Municipal, até às 14h30 do dia 26 de junho de 2020, para que as respostas fossem dadas na referida sessão e enviadas por escrito aos respetivos subscritores. -----

Continuando, e face ao acima exposto, o **Presidente da Assembleia** informou o plenário que foi rececionada, pelo Núcleo de Apoio da Assembleia Municipal, uma carta através do qual o **Munícipe José Eduardo Pereira Brites**, coloca as suas questões a esta Assembleia e que passará a ler: -----

**“1. Vala na rua do Relógio** -----

*Se tem conhecimento das condições que toda aquela rua ficou com abertura e fecho da vala principal, bem como dela terem saído várias derivações atravessando aquela Rua, acabando por ficar toda a rua em mau estado dada ser muito estreita, pergunta agora o munícipe, para quando a sua regularização com betume?* -----

**2. Instalações sanitárias públicas em Almodôvar** -----

*Dado se encontrar no local pela 2ª vez uma máquina recta da primeira para demolição e agora procedendo a escavação, pergunta o munícipe para quando está prevista a reconstrução daquelas instalações sanitárias, que bastante falta fazem a população que dela tem necessidade.* -----

**3. Iluminação pública na Travessa das Lages** -----

*Dado o terceiro poste de iluminação sito na travessa das Lages quase junto da rua da Caixa Geral de Depósitos, só teve o seu candeeiro dando luz cerca de 8 dias até hoje nunca mais acendeu.* -----

*Pergunta o munícipe se está prevista a sua reparação caso afirmativo para quando?* -----

**4. Bairro do Convento (loteamento)** -----

*Dado na Rua da Escola Secundária a seguir ao parque de estacionamento existirem ainda vários lotes sem quaisquer indícios de construção, estando ocupados parte com pastos e materiais de construção.* -----

*Pergunta o munícipe se tais lotes foram vendidos aquando dos outros a seguir que estão em construção ou construídos, e naqueles nada. Caso negativo de quem é aquele terreno?* -----

**5. Bairro da Misericórdia** -----

*Pergunta o munícipe para quando está prevista a conclusão da obra?* -----

**6. Limpeza da Ribeira de Cobres** -----

*Dado já ter sido exposto que a limpeza desta ribeira quando é feita fica todo o material cortado dentro dela e em caso de incêndio e se for em dia de vento todo o pasto cortado vai para dentro dos quintais pequenos donde se situam as moradias a eles anexas, tendo sido exposto que na ribeira devia ser a limpeza idêntica a que se faz nas bermas das estradas e caminhos, ficar sem pasto, de modo que em caso de incêndio não haja possibilidade de ele voar.* -----

*Pergunta o munícipe se a limpeza a fazer este ano fica ou não com o pasto cortado, espalhado dentro da ribeira?* -----

**7. Património Municipal** -----

*Se tem conhecimento que 1.ª Cerca do Mártir Santo 2.ª Terreno situado nas costas lado norte das moradias de Santo António, e 3.ª Cerca da Nora em qualquer delas pastos de alguma dimensão que em caso de incêndio pode prejudicar prédios vizinhos e no 1.º caso no caso de sair da cerca do Mártir Santo pode causar grandes prejuízos nos armazéns ao lado que eram do Sr. Jesuíno agora ocupados e da Câmara, ou nas moradias de Santo António.* -----

*Assim pergunta o munícipe em caso afirmativo se está prevista o corte do pasto nestes espaços.* -----

**8. Hortas comunitárias** -----

*Dado ter conhecimento ter feito parte do primeiro mandato do executivo o programa acima mencionado, e neste ter ficado esquecido e dado a pandemia existente em que obrigam as pessoas a estar e ficar em casa, se estas existissem sempre para os mais velhos era uma distração. Pois em vez da*

*praça para muitos era a horta e sempre arranjavam alguma coisa para comer, pois como se sabe as reformas são pequenas e não dão para tudo. -----*

*Assim é muito bom que se volte a pensar no assunto pois a Câmara tem terrenos muito bons, com água e tudo e experimentar nada custa, só o que pode faltar é a boa vontade, eu estou e sempre tive disponível para na fase principal ajudar. -----*

*Assim deixa o município o assunto ficar a consideração de V. Exa e do excelentíssimo Executivo, caso afirmativo fica este a aguardar uma resposta sobre o assunto. -----*

*Por último solicito que esta intervenção seja transcrito em ata, e a resposta dada me seja enviada por escrito. -----*

*Entregue em mão para ir a Sessão da Assembleia Municipal de 29 de Jun.2020, por a sessão dado a pandemia, não ser pública."-----*

**O Presidente da Assembleia** solicitou ao Presidente da Câmara que desse as respostas ao Município e recomenda que seja o mais sucinto e breve possível.-----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por dizer que faz suas as palavras do Senhor Presidente em relação ao uso das máscaras e em relação ao período em que estamos a passar, não sendo culpa de ninguém. Pensa que todos nós, Juntas de Freguesia, Eleitos da Assembleia, Vereadores, Presidentes, público em geral estamos a contribuir da melhor maneira para minimizar os riscos da contaminação desta pandemia e a prova disso de facto é que temos conseguido estar num terreno mais ou menos mínimo de casos, graças a todos vocês que lá fora, aqueles que estão aqui presentes e os lá de casa também vão tentando encontrar as melhores soluções, mantendo-se afastados das aglomerações de pessoal, mantendo e cumprindo as restrições, de maneira que é um facto a agradecer em nome da Câmara, pelo facto de todos nós no concelho estarmos a contribuir e só assim é que é possível mantermos casos em números mínimos no concelho, o que não significa que de repente isto não descambe. Mas por enquanto, graças a todos vocês, tem sido possível manter isto afastado. -----

Quanto às perguntas do Senhor Brites, relativamente às condições da Rua do Relógio está para muito breve a repavimentação das valas, aquilo tem de ter um período de abatimento, tivemos também estes dois meses e meio parados sem poder fazer obras no concelho, portanto, supostamente aquilo já devia estar fechado. Vai ser fechado muito em breve, sabe que o empreiteiro já procurou uma solução local para a aplicação de betume nas ruas. -----

Em relação às instalações sanitárias da Rua de Beja, a obra reiniciou há coisa de uma semana e meia, portanto está a ser construído. Não sabe quando vai terminar, mas supõe que é uma obra que não levará mais do que três, quatro meses a terminar. A obra tem um período de validade de nove meses, pensa que não levarão os nove meses, levarão quatro ou cinco e já têm lá quase um mês de trabalho, portanto, mais quatro meses estará pronta, imagina que sim. -----

Relativamente ao candeeiro da Travessa das Lajes, pensa que já está resolvido, foi reportado à EDP. Salvo o erro, a Câmara pagou a colocação de três postes naquele local. A primeira colocação dos postes foi mal feita porque os colocaram na via pública, voltamos a pedir que removessem dois dos postes e os recolocassem de novo e, eventualmente, nessa segunda obra ou algum cabo ficou cortado ou houve algum outro problema e o candeeiro ficou sem corrente elétrica. Foi reportado o problema, a obra não está fechada, espera que já esteja resolvido. Confessa que neste momento não sabe, mas sabe que houve já contactos entre a EDP, o empreiteiro e entre a Câmara Municipal para efetuarem essa reparação. Temos precisamente o mesmo problema por resolver na Rua do Arco, um dos candeeiros dessa rua, ainda da obra feita em 2015/2016 ficou por reparar e a empresa entretanto abriu falência e nós estamos em processo de reativação dos fundos que ficaram como garantia da obra para precisamente aplicar e reparar alguns defeitos da obra, tem esse defeito e tem mais um defeito junto de uma unidade hoteleira que também vamos assumir, repor uma situação que não ficou corretamente bem-feita. -----

Sobre o bairro do Convento de momento não faz ideia de quem são os lotes. Todos os lotes estão vendidos e julga que ninguém que os tenha comprado, ao preço que os lotes foram comprados, e não tenha vontade de construir. Se calhar será uma questão financeira e mais mês menos mês, julga que em breve, as construções avançarão. Podem até já estar consignados, não tem presente o número de projetos entrados nas obras particulares para aquele loteamento, mas pensa que esteja tudo orientado é uma questão de tempo para continuarem.-----

Sobre o Bairro da Misericórdia houve um atraso, também de dois meses e meio três meses, para além de um atraso que já se fazia sentir na obra houve mais este atraso derivado desta pandemia, onde a Câmara Municipal, numa das suas reuniões, acordou com toda a Vereação mandasse suspender todas as obras públicas do concelho. Já reativamos as obras públicas e o bairro da Misericórdia já sofreu na última semana alterações substanciais, nomeadamente a primeira e pensa que já estão a aplicar a segunda camada, segundo pode perceber, de betuminoso. Em breve a obra, na sua “parte mais suja”, estará terminada. Não está ainda terminada na sua totalidade mas aquilo que mais incomoda as pessoas vai ser em breve.-----

Deixa aqui publicamente um pedido de desculpas a toda a população daquele bairro, porque tiveram o contratempo da obra estar a meio e cheia de terra e com algumas valas e com alguns buracos e a empresa nesse aspeto até foi excepcional porque deixaram aquilo transitável e nós, como toda a gente sabe, paramos as obras de um momento para o outro, de hoje para amanhã, demos dois ou três dias, isto aconteceu numa terça ou quarta-feira, demos prazos até sexta-feira para fecharem as obras e para saírem do estaleiro e de facto durante 3 meses assim ficou. Portanto, para breve também teremos terminada a obra. -----

Relativamente aos pastos na ribeira, não sabe se o que vai dizer é uma asneira mas, é aquilo que lhe vai na alma, e diz que seria quase impossível remover todos os pastos que se cortam numa ribeira. Realmente pode-se remover alguns, mas devido à geografia do terreno, enfim devido a tudo isso, cortar o pasto e removê-lo na sua totalidade é quase impossível, portanto vão sempre ficar pastos que o tempo, que o sol, a chuva etc. faz infiltrar no terreno. Foram removidos alguns pastos o ano passado, portanto a versão de que os pastos ficaram lá todos não é verdade, ficaram muitos pastos e este ano quando se fizer a limpeza em zonas assim também ficarão muitos pastos ainda nas zonas planas. Às vezes é difícil limpar todo o pasto que fica, porque só aspirando tudo, senão seria completamente impossível. De qualquer modo, nós temos sempre o cuidado de dar o nosso melhor para que os lugares onde existem empreitadas sejam acautelados em termos de contrato, para que tudo fique limpo. Acontece que às vezes não fica e geralmente no final do trabalho desconta-se ao empreiteiro ou ajusta-se com o empreiteiro aquilo que ficar mal. No caso da ribeira não tem qualquer memória de ter feito qualquer tipo de desconto ou de reclamação, porque aquilo que foi feito foi feito consoante o contrato que nós fizemos. -----

Sobre o património municipal, o município tem de facto alguma razão. Nós não conseguimos dar conta de todo o recado, foi quase impossível, tivemos inclusive que contratar empresa para nos ajudar a limpar algumas bermas, porque os nossos sapadores, o pessoal que geralmente faz este tipo de trabalhos estiveram dois meses a fazer desinfecções no âmbito do Covid, andar pelas aldeias e dentro da vila a fazer o seu melhor para manter as ruas desinfetadas. Optamos por essa solução e em conjunto com os Presidentes de Junta foi feito um trabalho magnífico em termos de aplicação de produtos químicos nas ruas, para pelo menos salvaguardarmos em termos de probabilidades de infeção, bactérias, vírus etc. não só pelo Covid, o Covid foi a razão, mas aquele químico naturalmente mata tudo. Portanto houve algumas partes do nosso concelho, algumas zonas que ficaram não esquecidas, mas tiveram que ficar para trás, uma questão de opção de prioridades, estas zonas foram umas das que assim foi e pensa que já temos condições agora, dentro desta e da próxima semana, de manter tudo limpo. Já estamos a fazer as

ETA's e as ETAR's hoje, amanhã e depois e a seguir serão estes pequenos cantos que foram ficando na vila, não por descuido mas por incapacidade de fazer mais.-----

As hortas comunitárias é um projeto que não está esquecido, não temos ainda condições de avançar. Há outros projetos que têm sido mais prioritários, a água será um problema, temos que encontrar uma boa solução. Ou fazemos uma coisa como deve ser ou realmente estar a colocar meia dúzia de barracas de madeira com bidons de gasóleo, a servir de depósitos de água, acho que não é oportuno ainda. Lá chegaremos quando tivermos condições de o fazer, faz-se com alguma dignidade e com algum cuidado pelo ambiente e pela parte da visualização e do ordenamento em termos de qualificação e qualidade do que vamos fazer. -----

O **Presidente da Assembleia** para finalizar o ponto referiu que, tal como o estipulado, as respostas irão ser endereçadas ao Senhor José Brites, por escrito, como tem sido habitual.-----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS:** -----

**AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:** -----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram seis pedidos de ausência para esta sessão. -----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência, por uma sessão, formulados pelos deputados Cláudio José Balbina Viseu (PS), Luís Carlos Piedade Martins (PS), Vítor Manuel Vilhena Saleiro (PS), Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro (PS), Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD) e o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS), quem aceitou substituí-los, foram os deputados suplentes Manuel Barradas Dias (PS), Mário José Soares da Silva (PS), Maria Helena Martins Queiroz (PS), Francisco Manuel Gaspar Carrilho (PS), Fábio Miguel Baptista (PSD) e pela Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS), respetivamente, nos termos do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento. -----

Mais informou que a substituição do deputado Cláudio José Balbina Viseu (PS), se fez ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento e as restantes substituições se fizeram ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento. -----

**A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou.** -----

**B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 14, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 (QUADRIÉNIO 2017/2021);** -----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 14 da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2020 (quadriénio de 2017-2021). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi, previamente, lida pelos membros e, submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Ata n.º 14 da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2020 (2017/2021)**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por **unanimidade dos presentes**, com **16 votos a favor** (PS/PSD), **aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das

intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Manuel Barradas Dias (PS), Mário José Soares da Silva (PS), Maria Helena Martins Queiroz (PS), Francisco Manuel Gaspar Carrilho (PS) e a Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS), não participaram na aprovação da ata.-----

### **B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE:** -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem.-----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** quis destacar os pedidos de renúncia do cargo da CPCJ, que irão tratar num dos pontos da ordem de trabalhos.-----

Destacou, igualmente, a correspondência da Associação Nacional das Assembleias Municipais, a qual, salvo algum esquecimento, habitualmente encaminha para os respetivos líderes de Bancada, que darão posteriormente conhecimento aos respetivos deputados municipais.-----

### **B.4 - INTERVENÇÕES:** -----

#### **VOTO DE PESAR - FALECIMENTO DO EXMO. SENHOR JACINTO COELHO REVÉS EX-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMODOVAR:**-----

Neste ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** começou por referir que antes de abrir as inscrições para as intervenções e dar a palavra aos senhores deputados gostaria de expor um assunto.-----

Explicou que a Mesa elaborou um voto de pesar, que a bancada do partido socialista subscreveu, tendo falado também antecipadamente com o deputado Jorge Marques, que por sua vez teve ocasião de transmitir aos seus colegas de bancada e lhe propôs que se associassem ao voto de pesar pelo falecimento do **Senhor Jacinto Coelho Revés**, que exerceu funções de Presidente da Assembleia Municipal, recentemente falecido.-----

Crê que já devem ter tido conhecimento desta situação e passaria então a ler o Voto de Pesar, fazendo desde já o registo **em nome da Assembleia Municipal de Almodôvar** porque, como já referiu, a bancada do PSD também se associou a este voto de pesar.-----

#### **“Voto de pesar**-----

*A Câmara Municipal de Almodôvar e a Assembleia Municipal de Almodôvar apresentam em conjunto no sentido de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jacinto Coelho Revés, de 83 anos de idade, falecido no passado dia 26 de junho de 2020 e que exerceu funções de Presidente da Assembleia Municipal de Almodôvar nos anos de 1983 e 1984 a Assembleia Municipal de Almodôvar e a Câmara Municipal de Almodôvar votam a expressão do seu pesar pelo falecimento do Sr. Jacinto Coelho Revés ilustre Almodovarense dando conhecimento do mesmo à sua família a quem envia as mais profundas e sinceras condolências”-----*

Não havendo posição discordante de nenhum membro, considerou-se que este voto de pesar recolhia a **unanimidade de toda a Assembleia**, pelo que considerou o respetivo documento aprovado como tal, o qual será enviado para conhecimento da Família Exmo. *Senhor Jacinto Coelho Revés*.-----

Terminou manifestando da parte da Assembleia o pesar pela perda do Exmo. *Senhor Jacinto Coelho Revés*, apresentando, mais uma vez, à família as suas condolências.-----



Continuando, o **Presidente da Assembleia** solicitou aos senhores deputados que, efetivamente, procurem respeitar o tempo destinado dos três minutos para cada intervenção. Agradece muito sinceramente que tenham isso em conta, para evitar constrangimentos. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Deputados Ana Guerreiro, José Guerreiro, Jorge Marques e Domingos Guerreiro. -----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Ana Guerreiro** que proferiu o seguinte: -----

Primeiro, quer falar das medidas adotadas pelo município no âmbito da Covid-19. O mundo está a viver momentos muito peculiares e atípicos pois estamos perante uma pandemia global que nos pode afetar a todos e que condiciona a nossa vida diariamente. Condiciona os nossos relacionamentos sociais, a nossa comunicação, a nossa liberdade e todo o nosso estilo de vida, esta pandemia é uma situação grave a nível nacional e mundial e devemos continuar a estar muito atentos a esta situação pois vivemos no interior do país, com uma população envelhecida e em que os recursos a nível do sistema nacional de saúde, nesta região, são muito escassos quer a nível de recursos humanos quer a nível de recursos materiais. Assim devemos continuar a sensibilizar a população porque a responsabilidade é de cada um de nós para adoção de medidas de prevenção e proteção. Estamos a iniciar agora um período de férias e precisamos de visitantes para podermos retomar a nossa economia local, mas também será muito importante que as entidades responsáveis pelo nosso município não baixem a guarda e estejam muito atentas pois os surtos podem acontecer em qualquer localidade mas, se acontece numa localidade como a nossa, em que os fatores de risco são mais elevados as consequências podem ser bem mais graves. Gostaríamos de saber o que vão continuar a realizar neste âmbito, se vão naturalmente sensibilizar a população como já tem sido feito, se vão entregar kits de máscaras a todos os munícipes do concelho e que medidas estão a ser projetadas para estes tempos tão perigosos e difíceis que se devem prolongar durante muito tempo até há obtenção da vacina que combata este vírus maléfico. -----

Para além disso gostaria de falar aqui sobre o lavadouro de São Pedro. Há poucos dias foi ao cemitério de Almodôvar e passou por São Pedro e ficou um pouco dececionada quando viu o lavadouro, ao pé da ribeira, sem telhado e completamente abandonado. Seria bom que se fizesse uma requalificação do mesmo, igual há que foi realizada, por exemplo, no lavadouro do Poço de Ourique que ainda hoje é utilizado por muitas pessoas na lavagem de roupa e de outros equipamentos de casa. Pensa que devemos manter estas tradições devemos requalificar estes imóveis que pertencem ao nosso município e que devem ser vistos como elementos ativos da nossa história para conseguirmos dar a conhecer aos mais novos e aos visitantes que vêm cá a forma como se vivia antigamente aqui em Almodôvar. -

Gostaria também de falar sobre o edifício da igreja matriz e também das obras que ao nível dos altares que necessitam de conservação o mais rapidamente possível. Não sabe se estão a ser feitas algumas diligências a este nível, a igreja precisa urgentemente de ser pintada, a manutenção de edifícios da nossa terra é muito importante pois dá uma imagem muito melhor da nossa vila e seria muito bom que a pintura e as obras de requalificação fossem feitas o mais breve possível para que se possa promover o desenvolvimento do turismo que é tão importante para a nossa economia local. Sabe que isto não é só da responsabilidade do município também é diocese, é paróquia, portanto gostaria de ter informações se algumas diligências estão a ser feitas a este nível. -----

Para além disso, gostaria de falar também sobre o Gabinete de Desporto do Município de Almodôvar. Participa muito ativamente nas aulas do gabinete que são dinamizadas pelos técnicos deste gabinete e foi muito bom ao nível deste mês de junho terem feito no cineteatro, ao ar livre, com as condições todas, de dois em dois metros e, todos com muito

respeito pelas normas de prevenção e proteção. Não sabe se vai acabar, se neste mês de julho vão ainda fazer este tipo de atividades ou não, porque há muita gente a ir e acha que seria bom pelo menos este mês de julho estar a ser dinamizado. -----

De seguida foi dada a palavra ao **deputado José Guerreiro**, que começou por referir que face à situação que se vive atualmente não se vai alongar nas intervenções. Serão sintéticos e falarão dos pontos que acharem serem mais pertinentes e merecem uma chamada de atenção, as respostas também serão sintéticas de modo a esclarecer as situações sem grandes desenvolvimentos, assim, vai colocar duas questões: -----

1- A remoção do amianto das escolas. -----

Na semana passada tivemos a notícia em vários órgãos de comunicação social que o Ministério da Educação revelou quais as escolas onde vai ser removido o amianto das suas estruturas ao abrigo de um programa que custará sessenta milhões de euros e será financiado por verbas comunitárias e que inclui 578 estabelecimentos de ensino em todo o país. Um desses estabelecimentos é a Escola Dr. João de Brito Camacho de Almodôvar. Neste momento o funcionamento e a requalificação da escola de Almodôvar são da responsabilidade do município. Gostaríamos de saber se a remoção do amianto será feita já com verba do Ministério da Educação ou já com a verba do Município, ou haverá algum tipo de acordo entre as partes ou até da comunidade intercomunitária para a remoção do amianto da cobertura das escolas, assim, como está o processo e em que condições, e quando será executada a obra? -----

Ponto 2 – Estrada Nacional 2 -----

Muito se tem falado e tem havido um grande enfoque na EN2, estrada património, nomeadamente, nos roteiros turísticos afetos a esta estrada. Como é sabido esta estrada na nossa região tem estado a degradar-se muito e finalmente foi repavimentado o troço entre o Carregueiro e Aljustrel que estava em péssimo estado, já não era sem tempo. No troço entre Castro Verde e Carregueiro ainda está muito deteriorada. Sabe se está programada e para quando essa intervenção Senhor Presidente? No troço entre Almodôvar e Castro Verde ainda está menos mal, mas já começa a apresentar alguns pontos que vão acelerar a degradação em pouco tempo.-----

O Senhor Presidente sabe se há algum plano de trabalhos de investimento e reparação para a EN2, na nossa região? Ou em toda a sua extensão? Se sim, com que profundidade, que trabalhos abrange, repavimentações e obras de arte como por exemplo algumas pontes e pontões que apresentam graves problemas estruturais, se estão incluídas? Quais são as prioridades, qual é o plano e para quando? -----

É que se nós queremos dinamizar o turismo nesta região e em todo o interior do país que tanto se fala, por isso necessitamos ter os acessos de qualidade não só para o turismo mas também para quem trabalha neste interior que tem de usar a EN2 como itinerário para o seu trabalho e escoamento dos seus produtos. -----

Também tomou conhecimento que os marcos de EN2 estão a ser vandalizados e destruídos, é triste que isso aconteça pela ação do homem. Gostaria que nos informasse se existe uma preocupação neste sentido e o que é que está a ser feito? Se há conversações com os municípios vizinhos e ao longo de todo o vasto território atravessado por esta importante via de comunicação, para que a EN2 não seja esquecida e que sejam feitos projetos para a sua requalificação, pois só desta forma poderemos desenvolver estas rotas turísticas e naturalmente potenciar o tecido económico dos concelhos atravessados e termos investimentos privados neste âmbito e outros produtivos em todo o interior do país é uma forma de desenvolvimento e de reabilitação do interior do país. Sem dúvida, como é sabido, onde há bons acessos há desenvolvimento e consequentemente trabalho, produção e qualidade de vida, é o que todos queremos para as nossas terras e para o nosso país. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Jorge Marques**, que referiu que receberam o relatório do ROC, um draft, e queria saber em que ponto é que se poderia intervir, sobre esta matéria, porque não está agendado na ordem do dia.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Domingos Guerreiro** que referiu o seguinte:-----

O que quer dizer é importante, teve vários mandatos como conselheiro da ANAFRE e andou em várias reuniões pelo país e sempre lutou pela autonomia financeira das Freguesias. -----

Irá por isso falar em nome das Freguesias, é Presidente da União de Freguesias e está a falar em seu nome e dos seus colegas de Junta de Freguesia. -----

Como conselheiro da ANAFRE, sempre lutou afincadamente pela autonomia financeira das Freguesias, ou seja, do aumento do FEF para que pudessem também ter uma alternativa para prestar, da melhor forma, alguns proveitos para as nossas populações que têm de servir, que são obrigados a servir, uma vez que foram eleitos para isso. Ter mais autonomia financeira para melhor servir e dar uma melhor qualidade de vida a essas populações e não ficarem muito pendentes das Câmaras. A autonomia financeira de uma Freguesia, seja ela qual for, até motiva mais os seus Executivos para fazerem o seu serviço. Para poderem realizar, mesmo que pequenas obras, pois estas são importantes para pessoas que vivem nestes pequenos aglomerados, que é o caso das aldeias e dos Montes, que também têm os mesmos direitos que nós temos, uma melhor qualidade de vida.-----

É de enaltecer e valorizar o presente Executivo da Câmara Municipal de Almodôvar pela atribuição de sessenta mil euros para cada Junta de Freguesia, para que os seus executivos tenham autonomia para realizarem algumas obras com a finalidade de melhorarem a qualidade de vida dos seus fregueses, isto é muito importante para nós.-----

Fala por si e pelos seus colegas, esteve 35 anos na Assembleia Municipal, 20 anos como Presidente de Junta de Freguesia e, por inerência, 15 anos na Assembleia Municipal e, uma coisa é certa, isto que está aqui dá-nos, alento. Por exemplo, com estes sessenta mil euros, já está a fazer um projeto para uma obra que em sua opinião vale a pena e por isso é de enaltecer esta autonomia. -----

Nenhuma Junta tinha esta autonomia financeira para fazer isto, e os meus colegas podem confirmá-lo, e agora já têm, portanto é de enaltecer esta tomada de posição do executivo da Câmara Municipal de Almodôvar. -----

Para acabar já só quer dizer que a política é feita por todos nós, todos nós fazemos política consoante a nossa ética e sentimentos, porque ninguém é igual a ninguém e temos que ter esta consciência também, a sua ética foi sempre a mesma, nunca mudou, pode discordar das pessoas que estão à frente da sua ética política, pode discordar, discorda muitas vezes mas a sua dignidade como político será sempre a mesma. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Assembleia** solicitou ao Presidente da Câmara que procure responder aos Senhores Deputados, no menor tempo que conseguir, de uma forma clara e objetiva, esclarecendo o que eles lhe solicitaram, de modo a tentar esclarecer tudo e se alguma coisa ficar mais dúbia teremos mais reuniões para o podermos fazer e com mais tempo.-----

**O Presidente da Câmara** começou por responder à questão da deputada Ana Guerreiro, explicando que vão continuar a sensibilizar, pensando que o têm feito, a Câmara e todos nós concelho de Almodôvar temos cumprido o mais possível. A Câmara Municipal tem feito tudo o que está ao seu alcance para sensibilizar tudo e todos sobre os perigos desta pandemia. Na Câmara não param de sensibilizar, de pedir que tenham cuidado, pois sabem que somos seres humanos e que de vez em quando falhamos, todos nós, não somos diferentes de ninguém mas existe uma tentativa contínua, persistente e pertinente de chamar a atenção às pessoas para evitarem que se juntem e não cumpram. Existe também junto da GNR um protocolo que criamos, aqui nesta sala numa subcomissão, para estarmos

permanentemente em contacto em termos de telefone para qualquer situação, um aglomerado de pessoas, incumprimento, lojas abertas quando não podiam, etc., para que a GNR atue naquilo que é a sua função, no sentido não de coimas mas de sensibilizar. -----

Sobre as máscaras vão já amanhã para o correio três mil e quinhentos packs para toda a vila de Almodôvar. Já andaram a entregar no comércio local, ainda falta meia dúzia de casas que vão tentar fazer entre o dia de amanhã e depois, nas aldeias também já distribuímos a um ou dois Presidentes de Junta para avançarem e durante a semana vão distribuir o restante, porque chegam as restantes máscaras para entregarmos, máscaras com o logotipo de Almodôvar, que os Senhores Deputados já têm, que lhes foram dadas. Iremos dar três máscaras por pessoa com uma folha de sensibilização para esse fim. -----

Sobre as medidas, vamos continuar a manter estas medidas restritas não deixando de funcionar, não deixando a economia morrer como é natural, mas permitindo que se façam as coisas com alguma segurança. Não vamos deixar de promover o concelho de Almodôvar, as visitas, a restauração, porque a economia local, a economia regional e nacional, são a base de sustentabilidade da vila, do concelho, do país, do mundo. Portanto, temos que ir pouco a pouco implementando medidas, mas assegurando que se cumpre, mas se vai trabalhando, porque senão isto é um descalabro total e de facto não conseguimos dar a volta se assim não for. -----

Sobre o lavadouro de São Pedro de facto já existe um trabalho que está ser desenvolvido para uma execução muito semelhante àquela do lavadouro do Ribeiro do Poço de Ourique, ligeiramente diferente mas muito semelhante no seu contexto em termos culturais e em termos tradicionais, em breve será executado. Há dois anos foi feito um reforço das telhas daquele espaço, infelizmente, tivemos ali um pequeno vendaval que levou aquilo tudo o ano passado e desde então pensamos que seria melhor fazer uma coisa bem-feita, sustida com pedra etc. para aguentar os ventos. Será em breve, eventualmente até ao final deste ano, não está a dizer que é mesmo, mas existe um desenho feito na Câmara e estão a criar condições. Para isso é preciso um cálculo estrutural etc. e têm surgido outras necessidades mais prementes, mas de facto tem razão, não está em condições de dignidade municipal. -----

Sobre a igreja matriz, a Senhora Deputada disse que não é só responsabilidade do município, aliás, não é nada do município é toda da diocese e da comissão fabriqueira. No entanto, o ano passado nós reunimos com a Comissão Fabriqueira e a Câmara Municipal ofereceu-se para apoiar nas pinturas da igreja, porque começaram a surgir grandes infiltrações nos altares e nós em reuniões com a comissão fabriqueira e com os senhores padres aqui na Câmara disponibilizamo-nos para o fazer. Não foi possível com a comissão fabriqueira encontrar uma solução, o processo levou muito tempo também em Évora, na Direção de Cultura houve um altar que foi inclusivamente pranchado em termos de alavancas e umas bases para o segurar, para não cair. Finalmente obtiveram os pareceres todos, já estão a avançar com uma reparação e a Câmara apoia numa candidatura. Fizemos praticamente toda a candidatura, incluindo a eletrificação da igreja, remoção e reparação da cobertura, portanto limpeza e reposição da cobertura, arranjos dos altares e pintura total da igreja. A candidatura já está submetida, informou inclusivamente a Câmara Municipal em reunião que tinha disponibilizado à Comissão Fabriqueira o apoio financeiro dos 15% que faltam da candidatura, quem diz quinze, diz vinte, enfim da verba que ficasse para completar a candidatura, portanto estamos on, estamos em cima do acontecimento, as coisas não estão a acontecer à velocidade que nós queríamos e a igreja não é nossa, portanto, não pensem que podemos chegar ali e começar a pintar, aquilo é da diocese e da comissão fabriqueira. -----

Da nossa parte a candidatura está feita, quase de certeza que está aprovada, existe verba para isso se quiserem avançar e, dentro daquilo que são as necessidades da Câmara, a Câmara tem uma verba disponível, ficou logo em orçamento. Se vocês olharem para o orçamento está lá, ficou logo em orçamento precisamente para fazer face a esta situação

independentemente das situações que venham a acontecer em termos paroquiais, porque vão haver alterações às quais a Câmara é alheia, não tem culpa, temos tentado todos os possíveis para que elas não aconteçam. Independentemente disso a paróquia faz parte da nossa cultura, da nossa alma cultural e não vamos abandonar qualquer tipo de projeto, como não temos feito até agora.-----

Sobre a questão do Gabinete de Desporto, sim, à partida é para manter durante o mês de julho, o mês de agosto é impossível manter, mas durante o mês de julho eventualmente com a redução de uma hora, não sabe qual é, mas a professora de educação física responsável garantiu-lhe que todo o resto continua nos mesmos moldes, mas há uma aula que não pode ser dada por razões técnicas. -----

Respondendo ao deputado José Guerreiro e quanto à remoção do amianto das escolas, têm o projeto pronto. O projeto está pronto, falta ser autorizado, porque ainda tem que ir à DGEST, apesar da escola ser nossa tem que ir à DGEST. O aviso comunitário sai na próxima semana, tudo indica que sim, portanto aquele apoio do Governo não é um apoio direto, somos nós que fazemos, eles apoiam a 85% a obra, está um bocadinho falacioso nesse sentido, de qualquer das maneiras um dos requisitos do aviso, que ainda não saiu, mas que já se conhece mais ou menos o seu conteúdo, é que a Direção Regional de Educação aprove aquilo que a Câmara vai fazer. Está pronto o projeto, será enviado brevemente, não sabe bem, tem alguns técnicos ainda em meio tempo de trabalho, julga que deve estar mesmo a ser enviado se não foi já, para precisamente a DGEST dar o seu parecer e depois se avançar. A candidatura está pré aprovada para a Escola de Almodôvar remover cerca de 615/616m<sup>2</sup> de amianto. Depois a Câmara vai efetuar logo que possível a remoção do amianto do Centro Comercial e de Transportes, também lá tem uma parte de amianto, mas essa não é financiada. -----

Sobre a EN2, sabem que fazemos parte do projeto da EN2 desde 2016, veio aqui à aprovação desta Assembleia, temos tido uma luta constante com todos os municípios, felizmente, já temos cerca de trinta associados dos trinta e cinco possíveis. Não tem sido um processo fácil juntar trinta e cinco interesses diferentes, com políticas diferentes, tanto políticas de partido como políticas de território completamente diferentes, mas temos conseguido ao longo do tempo. O Município de Almodôvar faz parte da Direção desta Rota desde o dia zero até hoje, portanto estamos no segundo mandato com muito orgulho para nós, o trabalho que temos feito está agora a começar a dar bons resultados, já se nota, já se vê muita gente na EN2. Aproveitamos todas as oportunidades para promover Almodôvar seja de que maneira for, todas, estamos inclusivamente agora a apoiar um pequeno filme de um produtor local, para sair nos canais de televisão Francesa e BBC, para trazer turismo ao interior, que inclui Castro Verde, Almodôvar e pensa que a zona do Ameixial, portanto, Loulé. -----

Relativamente à degradação da Estrada, foi enviado no final de 2019 um relatório completo. Mandou fotografar a estrada toda, km a km, para mostrar as diferentes falhas no pavimento, não incluiu PH's, não lhe ocorreu que havia necessidade, mas todo o pavimento da EN 2 entre o Rosário km 651 até à Ponte Vascão foi toda fotografada e enviada em relatório, assim como foi também a EN 267 desde Almodôvar até depois da Semblana, até ao limite com Mértola. -----

Se vão fazer alguma coisa, não sabe, está no Ministério das Infraestruturas, tiveram uma reunião com o Ministério e a CIMBAL levou o processo e entregou em mão e remeteu por correio eletrónico para não haver perda. Portanto está o relatório feito. A intervenção que lhe falou de Castro Verde desconhece, não sabe em que ponto é que está, não conhece essa parte entre Castro Verde e o Carregueiro, sabe que a nossa parte não precisa ainda, como disse e bem, mas se calhar daqui a três ou quatro anos já era bom que levasse um remake naquele pavimento para não perder a estabilidade e para ficar mais consistente, o trabalho está feito, vamos ver se resulta. -----

Relativamente aos marcos destruídos desconhece. As Estradas de Portugal são os donos da estrada, nós não temos nada a ver com a estrada em termos de manutenção, são eles que fazem, mas naturalmente tapamos buracos, arranjam marcos, limpamos valetas, pois, naturalmente que queremos criar condições para que não existam acidentes. Temos inclusivamente feito a manutenção de muitos marcos que são bonitos, são marcos que fazem parte da rota e que, estando nós nesta Rota da EN2, nos dá um pouco de vergonha e pudor as pessoas passarem ao pé de marcos todos pintados que nem se percebe o km. Pouco a pouco temos colocado os nossos técnicos a limpar, especialmente o Senhor Lima que é a pessoa que mais se ajeita a esse tipo de trabalho e vamos limpando um a um. No entanto desconhece que existam marco roubados, só aqueles dos cem metros, esses não os contei, mas todos os outros estão lá no local o único que falta é o km 662 que ninguém sabe dele, que era para estar posicionado ali junto do eucalipto naquela zona e desapareceu, desapareceu já há bastante tempo, não existe, já perguntou e ninguém sabe onde é que está. De qualquer maneira, há contatos para se mandar fazer marco igualzinho, com o mesmo mármore, só que naturalmente a cor do mármore depois vai ser diferente. O marco 661 está lá no local a seguir às bombas da GALP, o marco 662 é que falta. -----

Agradeceu ao deputado Domingos Romba pela alusão que fez às verbas para as Juntas, como um fator de independência das Juntas, mas deve dizer que não é só independência, é trabalho para ser feito. Independência seria dar o dinheiro para ficarem com mais dinheiro para gastar, neste caso é dar o dinheiro porque a Câmara não tem capacidade de fazer essas pequenas obras, porque são muitas e as Juntas são o elo mais forte e mais próximo da povoação e certamente conseguirão fazer um melhor trabalho nas pequenas obras do que a Câmara, como é natural, como sempre tem sido assim durante toda a vida. -----

[Durante a exposição do Presidente da Câmara, este foi várias vezes interrompido pelos deputados da bancada do PSD, cujas intervenções não se reproduzem por não se perceberem, uma vez que foram proferidas da bancada e sem microfone.](#)-----

#### **C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

#### **C.1 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019, RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMAIS DOCUMENTOS FINANCEIROS QUE A INTEGRAM, BEM COMO PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO E INVENTÁRIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO:**-----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** solicitou ao Presidente da Câmara que de uma forma muito sucinta, objetiva e clara prestasse alguns esclarecimentos sobre a matéria em análise.-----

O **Presidente da Câmara** referiu que o documento da Prestação de Contas, como puderam ver, é um “massaroco” de novecentas páginas e seria impossível estarmos aqui a falar dele, esmiuçando todos os pontos do documento, no entanto há alguns pontos que gostava de salientar. -----

O ano 2019 não foi um ano excepcional nem foi um ano ruim, foi um ano com altos e baixos, foi um ano com execução, foi um ano com execução igual a tantos outros anos. Uns anos temos melhor, outros temos pior, o importante é que as coisas se façam sempre dentro daquilo que são as necessidades mais urgentes e aquelas que têm que ser feitas e, de facto, houve algumas lacunas nomeadamente nos prazos das obras. Houve obras que atrasaram demasiado, mais do que queríamos, mas é um facto atrasaram. Nunca tentamos dar um “pontapé no rabo” de qualquer empreiteiro, tentamos sempre encontrar as soluções técnicas e politicamente corretas para resolver problemas, nem sempre resultaram, mas o facto é que elas vão sendo acabadas às vezes com um bocadinho de atraso e isso prejudicou um bocadinho alguns campos a execução do município. Deve confessar, em primeiro lugar, que a execução não é aquilo que mais o preocupa. De facto nunca o preocupou, tem sido um ponto que vem sempre às reuniões de Câmara e às

sessões da Assembleias e costuma até comparar e hoje está disponível também para o fazer, porque se existe a crítica de que “é pouco” ou de que “é muito” e se assim é, é porque existe um comparativo. Nunca saberíamos se é pouco ou se é muito se não tivermos nada com o que comparar, portanto, trabalha nos mesmos moldes e faz exatamente o mesmo parâmetro ou a mesma análise. -----

Isso é um dos pontos, no entanto deixem que se foque um bocadinho em três ou quatro pontos diferentes, alguns pontos que marcam a diferença deste ano. -----

Tiveram acesso à ata da reunião de Câmara onde isto foi analisado e, certamente viram a exposição que fez, viram os comentários dos Vereadores, nomeadamente dos Vereadores do Partido Socialista e o Vereador do PSD e aí têm já uma análise mais ou menos de um âmbito geral sobre o que foi a execução deste orçamento. De qualquer maneira ficou muito por dizer, e ficará muito por dizer hoje também, mas o facto é que tivemos uma execução de orçamento de receita na ordem dos 74%, com 97% de despesa corrente e 29% despesa de capital e com 100% de outras receitas, portanto, cumprimos o nosso trabalho em termos da receita. -----

Em termos de execução da despesa foram pagos cerca de 64,2 %, sendo despesa corrente 91% e sendo a despesa de capital em GOP de 35,8%, mais décima menos décima. Portanto, a taxa de execução da receita do município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, são demonstrativas do princípio do rigor e da prudência, do nosso ponto de vista, enunciadas na preparação do orçamento. Não houve despesismos, não houve despesas a mais, cumprimos. Podíamos ter feito mais, podíamos, podíamos ter feito menos, podíamos. -----

O facto é o que está aqui nas folhas, o acréscimo de receita corrente, notou-se em cerca de 125 mil euros em relação ao ano transato e as despesas com pessoal, algo que nos orgulha bastante, subiu 6,5% em relação ao ano de 2018. Estes 6,5% englobam tudo aquilo que foi feito para a requalificação de funcionários, mobilidades internas, mobilidades intercarreiras, revalorização desses funcionários e também a entrada de novos funcionários nos quadros da Câmara Municipal. Naturalmente que houve um aumento de salários que aumentou também o pagamento à Segurança Social, às companhias de seguros etc., e tudo isto se espelha neste ponto que estamos aqui a ver do aumento de 6,5%. -----  
Está convencido que este ano de 2020, quando formos analisar para o ano que vem, o aumento desta despesa com pessoal deve-se manter nestes números. Será mais uma vez motivo de orgulho deste executivo, porque estamos a valorizar e estamos a colocar as pessoas que fazem falta para o desempenho das funções e das tarefas que o município tem que fazer. -----

As despesas efetuadas com aquisições de bens aumentaram 11,7%, há aqui muitas despesas inerentes a esta aquisição de bens de muito estilo, de muito tipo, nomeadamente projetos que foram preparados sem estarem afetos a nenhuma obra em especial, que entra para despesa corrente, porque quando são afetos a uma obra vai como despesa de capital e isto significa que neste momento nós temos cerca de 16 projetos em preparação ou em estudo ou em probabilidades de execução na Câmara Municipal. Trabalho que começou a ser feito em 2018 e 2019 e que agora está a começar a dar frutos. -----

O aumento dos dias úteis de pagamento quebrou um bocadinho em relação ao ano anterior, não está feliz com este aumento, deixa isto em ata porque estamos a tomar medidas para que esse aumento seja diminuído já no próximo ano. Nós tínhamos estado com uma média excelente de dias de pagamento no ano de 2019, especialmente no último trimestre, houve alguns atrasos nesse pagamento que quebraram a média e aumentaram os prazos de pagamento em quase 16 dias, não devemos nada a ninguém, ninguém ficou por receber, toda a gente recebeu. Uns receberam a um dia, outros a dois dias e outros a trinta, mas ninguém ficou por receber dinheiro da Câmara. Também não foi por falta de dinheiro que a Câmara não pagou nos sete, oito, nove dias que estava a pagar normalmente, foi porque o sistema alterou e foi porque nós não conseguimos tecnicamente e

politicamente dar resposta a esse novo sistema e por isso houve esta falha, a metodologia foi alterada, estamos agora a verificar se de facto essa metodologia vai cumprir. Não é nada que comprometa a Câmara Municipal, é uma questão de orgulho do executivo ser rápido a pagar, a pagar a tempo e horas, antes do tempo das faturas vencerem, para que os nossos fornecedores tenham sempre vontade e gosto em trabalhar com a Câmara de Almodôvar. -

A redução da dívida de médio e longo prazo foi de 16%, portanto diminuímos a dívida em 520 mil euros, naturalmente que cumprimos todos os prazos de pagamento, pagamos tudo o que tínhamos a pagar aos bancos, não pagamos mais nem menos, mas o facto é que não contraímos mais nenhuma dívida que fosse aumentar este fluxo, temos um empréstimo de 1 milhão e 800 mil euros para utilizar, está já a ser utilizado, não se reflete aqui neste mapa, mas já está em uso. Portanto, para o ano que vem, eventualmente já se nota alguma diferença, no entanto não usamos nenhuma artimanha, nem nenhum esquema de aumento de dívida ou diminuição, sem ser aquela que o banco faz mensalmente para cobrar.-----

Cumprimos na íntegra o previsto nos termos do equilíbrio orçamental. Cumprimos na íntegra aquilo que o ROC tem aconselhado, estamos continuamente a atualizar os registos do nosso património, que sempre estiveram toda a vida desatualizados e deve dizer tiveram na Câmara de Almodôvar e em todas as entidades públicas, porque não há nenhum município que tenha isto feito antes do ano 2027. Ninguém consegue lá chegar, estamos todos os dias, todos os meses, a atualizar o nosso património, mas vamos mantendo estes relatórios que o património não coincide, que os registos não coincidem, mas continuamos a registar. -----

O município recebeu cerca de meio milhão de euros em projetos financiados, algumas obras mesmo executadas não estão aqui refletidas porque no final do ano não se fecharam algumas das contas. Umas obras que estavam incompletas, outras que não foram feitas os pedidos de pagamento, portanto isto não reflete a realidade, reflete aquilo que está. -----

O município assistiu a cerca de 2% de aumento da taxa de absentismo, algo que não nos orgulha mas algo também a que somos alheios, porque não podemos impedir as pessoas de estarem de baixa, de estarem doente. Tivemos aqui alguns casos de duas ou três pessoas que tiveram um ano inteiro de baixa, uma por acidente de trabalho e outras por dificuldades de saúde no seu dia-a-dia, uma também foi sujeita a uma cirurgia e esteve 320 dias em baixa, tudo isto naturalmente se reflete neste absentismo. Não acredita que este absentismo faça reflexão de algum tipo de insatisfação do município, porque nós não deixamos ninguém para trás no seguimento e no cumprimento da lei, no que respeita às atualizações salariais da lei, às posições remuneratórias, às posições em termos de mobilidades internas, carreiras e intercarreiras, por isso não há aqui motivo nenhum para que alguém se sinta insatisfeito, a não ser por pequenas coisas que não podemos fazer. Fazemos aquilo que está ao nosso alcance e dentro da lei. De qualquer modo em 2019 tivemos 8,5% de absentismo, quando em 2018 tínhamos tido 7%, houve aqui um aumento.

O controlo orçamental foi total, como já disse, o saldo de gerência foi aplicado com rigor em tudo aquilo que foi aqui nesta Assembleia enunciado, foi aplicado e foi desenvolvido, pode não ter sido terminado mas foi aplicado no sítio certo, tivemos algumas rubricas novas no ano passado que foram também cumpridas e naturalmente que não descuramos nunca em momento algum, os apoios às instituições. Pagámos cerca de meio milhão de euros no ano transato em apoio ao Associativismo, incluindo os Bombeiros, incluindo as Associações locais de cultura, incluindo eventos que promovem a nossa cultura e trazem pessoas ao nosso concelho, por isso fizemos o trabalho que nos compete, nunca faltamos com transporte escolar aos alunos, com os apoios aos jovens, com os apoios aos estudantes, não faltamos com os apoios a deslocações dos Grupos Corais e outras entidades. Em momento algum deixamos de cumprir com a nossa palavra, com o compromisso que tínhamos, com uma única exceção, tivemos que alugar um autocarro para servir uma Associação com quem nos tínhamos comprometido, de facto não conseguimos depois



cumprir por uma falha humana. Estamos plenamente satisfeitos que todos os compromissos que assumimos no ano 2019, seja no Associativismo, seja na parte Socioeconómica foram cumpridas, se podíamos ter feito melhor, podemos sempre fazer melhor, temos é todos um limite e às vezes fazer melhor significa desperdício ou significa esbanjamento e isso não aconteceu, como vocês podem verificar nas contas da Câmara em relação ao ano 2019.-----

Resta-lhe só dizer que relativamente à modernização do município ainda não parámos, pelo menos desde 2018 até agora, computadores novos, secretárias novas, servidores novos, equipamentos novos, internet na vila, tudo aquilo que têm conseguido fazer para modernizar têm-no feito de bom gosto e sempre com o orçamento presente, sempre com a contenção de despesas presente. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os deputados Marília Guerreiro, Jorge Marques, António Fontinha e Fábio Batista. -----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Marília Guerreiro**, que proferiu o seguinte: -----

*“O grupo de deputados eleitos pelo PS vem destacar alguns pontos, menos técnicos mas de orgulho político, que tiveram lugar nesta prestação de contas.-----  
No âmbito da Atividade Cultural desenvolvida, manteve-se o nível de oferta cultural proporcionada à população pelo fator de coesão territorial que gera, pelo dinamismo económico que potencia e pela preservação da identidade coletiva que assegura. -----*

*Decorreram centenas de ações promovidas ao longo do ano, entre música, teatro, dança, artes plásticas, produção literária, fotografia, tidas como as principais manifestações artísticas a promover como fatores de diferenciação e de promoção de capacidade criativa. E, acima de tudo, como fator de promoção da nossa cultura e do turismo local de restauração, hotelaria e museologia. -----*

*Decorreram iniciativas de índole cultural, de onde se destacam a FACAL — Feira de Artes e Cultura de Almodôvar que se realiza anualmente, a qual, mais uma vez, apresentou um elevado nível cultural, o Carnaval de Almodôvar, o Mercado Medieval, o SummerEnd e a Feira do Cogumelo e do Medronho. O setor do Turismo continuou a ter como principais objetivos, o planeamento e execução de ações que visam a promoção turística do Concelho de Almodôvar a nível interno. Destaca-se aqui a contínua promoção da Rota Turística da Nacional 2, um trabalho de muita persistência e que começa agora a dar frutos bastante significativos. Mas não podemos esquecer a BTL e a Ovibeja, entre muitas outras representações de menor impacto mas igual importância. -----*

*No âmbito da Saúde e de forma a permitir instalar pessoal médico em Almodôvar, para fazer face à carência local de assistência à saúde à ULSLA em Almodôvar, a Autarquia deu continuidade ao pagamento mensal do respetivo alojamento e das despesas de Internet para dois dos médicos em Almodôvar. -----*

*No Associativismo, Desporto e Tempos Livres deu-se continuidade às linhas de orientação nesta área, consolidando-se as dinâmicas existentes. No ano de 2019 foi atribuído 533 mil euros aos clubes e coletividades que promovem atividades desportivas as participações financeiras, quer para apoio à manutenção e criação de modalidades desportivas e organização de eventos desportivos, quer para a realização de obras de construção, melhoramentos e beneficiações em sedes sociais e instalações desportivas e aquisição de equipamentos diversos. -----*

*Na promoção e apoio a iniciativas relacionadas com a Juventude, destaca-se em 2019 a realização de diversas ações no âmbito do Programa de Ocupação Municipal Temporária de Jovens, ou visitas de estudos, também aplicadas aos seniores, contribuindo assim para a sua formação humana e profissional.”-----*

Prosseguindo, usou da palavra o **deputado Jorge Marques**, que veio falar sobre a questão do relatório de auditoria, pese embora seja um draft, mas tem aqui algumas coisas que gostariam de clarificar com o Senhor Presidente. -----

Diz o relatório a determinada altura que “verificamos que o Município de Almodôvar não se encontra ainda a utilizar o sistema de inventário permanente, não apurando periodicamente de acordo com o sistema os custos de mercadoria vendidos e das matérias consumidas, que deve adotar esta metodologia o mais rapidamente possível. “ -----

A sua pergunta aqui é se isto já está a ser pensado e quando é que vão começar a utilizar esta metodologia?-----

A outra questão que também é pertinente e já o ano passado se falou, já se tinha falado sobre isto e pelos vistos continua a constar no relatório que é “a 31 de dezembro a diferença apurada entre o GES e a Contabilidade ascendia a cerca de vinte e quatro mil euros, tendo sido verificada a caracterização do GES que não estava a ser corretamente imputada”. Diz aqui depois, que o problema está a ser resolvido em 2020. -----

Portanto a sua pergunta é, se já está a ser resolvido ou se já foi resolvido ou se é para ser resolvido ainda? -----

*“A inventariação física podendo utilizar testes de amostragem procedendo prontamente à sua regularização”. -----*

Isto é outra questão que eles aqui realçam, “*devem também ser observados os procedimentos de acordo com o preconizado do quadro do ponto 1 do relatório tendo em vista a implementação de um controlo interno efetivo na área das existências*”. -----

Pelos vistos isto já foi um assunto que já foi falado o ano passado e no ano anterior e continua ainda aqui a aparecer no relatório do ROC, portanto gostaria, se possível, que respondesse a estas questões e o que é que estão a pensar sobre isto e para quando. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Deputado António Fontinha**, que referiu o seguinte: -----

*“Relativamente ao exercício de 2019, o Grupo de eleitos do PS destaca, de forma sintética, os seguintes resultados, que evidenciam o reforço de consolidação do equilíbrio financeiro e do trabalho deste executivo em prol do concelho de Almodôvar e do bom nome do município e de todos os colaboradores: -----*

*O Município cumpriu o limite de dívida total, previsto no artigo 52.º e artigo 54.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. Ou seja, não ultrapassou, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, apresentando uma margem disponível de €13.863.236,70; -----*

*Uma taxa de execução do orçamento da receita de 73,34% (receita corrente de 97,73%, receita de capital de 28,86% e outras receitas de 99,58%); -----*

*Uma taxa de execução, em termos de despesa paga de 64,28% (despesa corrente de 91,17% e despesa de capital de 35,79%); -----*

*O acréscimo da receita corrente de cerca de cento e vinte mil euros, face ao ano de 2018; -----*

*As despesas com o pessoal registaram um aumento de 6,51%, face ao valor executado em 2018; -----*

*As despesas efetuadas com aquisições de bens e serviços aumentaram 11,76% comparativamente ao ano de 2018; -----*

*- O prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF), de 24 dias em 2019; -----*

*- A redução da dívida de médio e longo prazo, em 16,02% (520 mil euros - em dezembro de 2018 era de 3.243.867,15 euros e em dezembro de 2019 era de 2.724.268,41 euros); -----*

*Na ótica patrimonial destaca-se um resultado líquido do exercício positivo de €1.844.130,19; -----*

*O Município apurou um saldo orçamental para a gerência seguinte de €1.852.770,09; -----*

*Mantivemos a cultura como pilar fundamental da dinamização do tecido empresarial do concelho; -----*

*Resta-nos informar que após a aprovação da conta de gerência de 2019, o saldo apurado irá permitir, através de uma revisão orçamental, aumentar o orçamento municipal disponível, dotando, do ponto de vista orçamental, projetos e ações que estão a ser preparadas para lançar no decurso do ano 2020.” -----*

Por último, usou da palavra a **deputado Fábio Batista**, que relativamente ao relatório de contas de 2019 disse quererem, em primeiro lugar, relembrar o seguinte: -----

Já na altura da aprovação das GOP e Orçamento para 2019, da parte do PSD, houve uma posição de chamar a tenção para o volume inflacionado das previsões da receita e despesa atendendo ao histórico de pouca capacidade demonstrada por esta maioria em todos os anos anteriores. -----

Tinha de existir uma alteração enorme de procedimentos para que existisse uma execução razoável, o Senhor Presidente disse que o orçamento era de vinte milhões, que iriam ser executados e que tinham capacidade para realizar os investimentos previstos. O que agora constatamos é que a taxa de execução de 2019 é a mais baixa dos últimos quatro anos e isso não abona o desempenho e demonstra pouca capacidade e competência desta maioria. -----

O desempenho espelha a fraca execução no investimento, foi afetado um milhão e setecentos mil euros do empréstimo ao Orçamento e não foi utilizado um cêntimo desta verba, o que demonstra, mais uma vez, a falta de capacidade desta maioria em fazer investimento útil para concelho e para o futuro, houve falta de capacidade. -----

Nas receitas de capital, face ao que já sabemos que vamos receber do FEF, as provisões estavam muito altas porque achavam que iriam ter muito mais receitas dos fundos comunitários, e afinal apenas representaram cerca de 14% no total das receitas. Como é possível um engano de previsão tão acentuado? A taxa de execução das despesas de capital se retirarmos as transferências para os Bombeiros e para as Juntas de Freguesia fica em

19%. Se a maioria está satisfeita com o desempenho durante 2019, estas contas refletem um fracasso total e que não era previsível executar. -----

Recapitulando, na execução orçamental no que respeita a receitas de capital estas consistem em 28% do previsto e 14% da receita total. Esta situação não é um mero erro de previsão, é um brutal fracasso de análise, por outro lado, na área do investimento realizar 20% do que estava previsto é um fracasso enorme e que devia preocupar esta maioria. ----

De referir também, que o absentismo aumentou muito e não deixamos de recomendar muita atenção com os métodos de gestão de recursos humanos. Há medidas que podem ser implementadas com vista à diminuição do absentismo, não se pode atribuir o facto ao acaso que tem a ver com as opções gestionárias e a relação com os trabalhadores é muito importante para melhorar esta situação. -----

Por último referimos que o nosso voto contra vai naturalmente como atitude de reprovação por mais um ano perdido na área do investimento, com complemento de apreciação claramente político, não do ponto de vista técnico e administrativo. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer ao deputado Jorge Marques que relativamente ao ROC, o facto de ser um rascunho espelha exactamente o documento original, teve a ver com uma assinatura que se fez para depois eles poderem enviar o documento original. Toda a informação que está neste rascunho é aquela que também constará no documento original, daí que a sua análise seja feita com base no documento final porque é mesmo esse. -----

A contabilidade que fala é uma contabilidade de custos, que mais dia menos dia vai ter que ter lugar nas autarquias. A nossa ainda não tem essa contabilidade montada, não é fácil mudar o sistema todo para esse tipo de contabilidade, caminhamos para lá, mas essa contabilidade vai permitir alterar o sistema todo e vai permitir que estes relatórios de ROC só façam esse tipo de comentário se realmente houver uma falha. -----

Neste momento a falha que existe é uma falha que existe em todo o sítio onde não existe contabilidade de custo. Porquê? Por exemplo se um dos nossos colaboradores for buscar um joelho para uma obra, enquanto a obra estiver aberta, o joelho falta no stock, só depois de terminar toda a obra é que o joelho deixou de faltar, no entanto, ele não se perdeu nem se gastou indevidamente, existe um sistema manual ou informático onde se toma nota e só depois de fechar a obra é que aparece. Com a contabilidade de custo isso já não pode acontecer, a cada peça que é retirada é colocado um código e esse código é afeto a uma obra, a um local, a um edifício, seja aquilo que for. -----

Nós não temos esse sistema e daí a crítica do ROC, e bem, mas também não vamos conseguir implementá-lo para já, vai levar um bom bocado. Aliás este ano mudámos, este ano passado, mudámos todo o sistema de contabilidade, o que nos deu aqui uma série de trabalhos, como já vimos, inclusivamente nos dias de pagamento, que as faturas têm um procedimento e um caminho diferente do que tinham e estamos a tentar adaptar o pessoal a este novo sistema. -----

Não sabe, não lhe pode dizer porque isso não depende da nossa vontade própria, depende de uma conjuntura técnica da DGAL e nossa em conjunto, a inventariação física tem a ver com aquilo que acabei de explicar, a contabilidade de custos já lhe explicou e naquilo que indica em termos de controlo de existências. -----

É precisamente o mesmo, na parte de inventariação do património é um problema que persiste, vamos levar muito tempo até conseguir resolver, porque, como sabem, nunca na vida de uma autarquia foi tomado nota de pequenas coisas que se faziam, um pequeno terreno que era dado para alargamento de uma estrada, um pequeno terreno para uma ETA, para uma ETAR, sempre foi considerado como um donativo, uma doação ao município e nunca foram feitos registos. Agora temos de registar tudo, quando antes registavam só algumas coisas, agora temos que registar tudo e daí esta falha. Portanto vai surgir durante muito tempo esta componente, mas estamos todos os dias a trabalhar nesse sentido. -----

Pensa que lhe explicou, não estará completo, em 2020 vão aparecer novamente alusões porque estamos a implementar, mas vai levar tempo a implementar e não é nada que afete a gestão do município, não é nada que meta o município em riscos de gestão ou de perda ou de materiais, é uma questão técnica informática, mas vai levar algum tempo a implementar.

Em relação ao Deputado Fábio Batista, fez uma alusão muito curiosa porque disse que nós tínhamos, e disse bem, alocado vinte milhões de euros no Orçamento, que era dinheiro a mais. Nós recebemos vinte milhões de euros. Se não os colocasse no Orçamento onde é que os colocava? Não tem muita alternativa, ou coloco-os em obras ou em despesas correntes. Se coloca em despesas correntes os Senhores Deputados da Oposição dizem que só tem dinheiro para festas e apitos, se coloca em obras aumenta de facto o volume do dinheiro disponível para obras e naturalmente que a execução que nós fizemos reflete um pouco também a incapacidade de fazer mais, é verdade, não deixa de refletir, podíamos ter conseguido mais, mas também reflete em grande parte dinheiro que nós tínhamos a mais nalgumas rubricas, noutras em projetos que não conseguimos por em prática, daí que eu diga que também reflete um bocadinho essa verdade, mas reflete acima de tudo o aumento significativo que tivemos em projetos aprovados pela Comunidade Europeia, portanto projetos que nós candidatamos e que o dinheiro entrou como receita e não tínhamos como não o alocar a essa obra ou orçamento, não havia hipótese, não podemos esconder o dinheiro. O dinheiro chega-nos e tem que fazer parte desse orçamento, naturalmente quem pensa que podemos colocar o dinheiro noutra rubrica qualquer só para estar lá oculta pensa muito mal, ou já se esqueceu de gerir uma Câmara porque não é assim que funciona.

Funciona com a aplicação do dinheiro onde ele está, temos que ser diretos, temos que ser lúcidos, temos que ser transparentes. Podemos de facto colocar uma rubrica fictícia e dizer, olha a obra não sei quantos tem lá dois milhões, mas o dinheiro acaba por estar lá, portanto não deixou de existir, não há maneira de o ocultar e teve muito prazer em ter um aumento de quatro milhões de euros, não teve prazer de não os gastar todos, porque também é impossível. -----

Aliás, se o Senhor Deputado olhar para um mapa, que certamente já viu, de execução desde o ano 2002 há oscilações gigantes, nem todos os anos nós conseguimos cumprir com a execução. Já falou nisto aqui uma vez e volta a frisar, em 2002 executamos 68% das GOP, em 2003 executamos 41%, em 2004 executamos 33%, ainda mais baixo que este ano que executamos 35% e por aí fora. Portanto, todos os anos há oscilações, não é uma novidade na Câmara Municipal que não tenhamos feito 100%, aliás em ano nenhum da história da Câmara se conseguiu fazer 100%, é quase impossível, estou a falar na execução GOP das Grandes Opções do Plano que inclui o PPI, as AMR, enfim os investimentos em obras, os investimentos de capital, não estou a falar em despesas correntes nem estou a falar nas despesas globais da Câmara. Portanto é normal e, com isto, não está a dizer que a execução foi boa, sabe assumir quando as coisas não estão ao seu gosto. Em dezembro, poderiam ter feito mais se não fossem os atrasos em obras, se não fosse obras que deviam ter começado e não conseguimos que elas comessem etc., etc. estamos cá este ano para melhorar como tivemos no ano 2017, que não me recorde de nenhum elogio quando fizemos 70% de execução de GOP. É assim, faz parte, de qualquer maneira o seu comentário é registado e está explicado o porquê. -----

Quanto ao engano na previsão, não nos enganamos na previsão. Senhores Deputados aqui não há um engano de previsão, aqui há uma previsão que nós fazemos de investir, de gastar e se uma obra corre mal ou se uma obra não é executada, nós não conseguimos resolver o problema de Gomes Aires o ano passado e só aqui estavam afetos dois milhões de euros. Não conseguimos acabar a obra de Santa Clara e só aqui estavam afetos quatrocentos e cinquenta mil euros, que nós pensamos que conseguíamos acabar praticamente no início de 2020, portanto em 2019 estaria praticamente terminada. E como estas outras, o Parque de Caravanismo, que está agora finalmente terminado, pensávamos que o terminávamos em 2019, naturalmente que me dizem que é um erro de previsão é,

uma previsão de término de obras, não de orçamento, no orçamento não erramos, aplicamos o dinheiro onde achamos que o devíamos aplicar, são opções políticas que assumimos, depois a execução é que não foi como nós desejávamos, é verdade. -----

Sobre a questão de votar contra, não quer naturalmente tentar convencê-lo a votar a favor, impossível, não espera que a oposição vote a favor da sua gestão, só votaram a favor em 2013 e é porque a sua gestão começou em outubro, portanto, aceita que nessa altura a execução, como disseram na altura, tinha sido uma execução positiva. Em 2014 votaram contra porque os recursos foram desaproveitados e ficamos a marcar passo, em 2015 votaram contra porque nunca tinham assistido a um tão fraco desempenho, em 2016 votaram contra porque não havia uma medida de dinamização do tecido empresarial, não havia investimentos estruturantes, tudo se resumia a festas bem pagas, estávamos a atrasar o concelho, em 2017 votaram contra porque há fraco investimento, uma pouca execução uma avaliação deveras negativa, uma regressão do concelho, em 2018 votaram contra porque eram projetos fracos sem investimento público, para além dos famosos investimentos nas pessoas, execução menor que em 2017, portanto uma acentuada degradação, isto mesmo, com uma taxa de execução de 70%. Mesmo com uma execução de 70% continuava a estar fraco, portanto agora com 35%, está fraquíssimo, então agora é mesmo fraco, em 2019 naturalmente que uma fraca execução sem planos, sem projetos, o que é certo, é que as obras aparecem feitas, às vezes levam mais um bocadinho do que deviam é um facto, mas aparecem feitas. As pessoas são a nossa prioridade, sempre foram. Estão cá os apoios sociais que nunca faltaram, os apoios aos estudantes nunca faltaram, aos jovens nunca faltaram, a dinamização do concelho em termos culturais nunca faltou e nunca faltou dinheiro ao município para responder a todas as necessidades do nosso concelho.-----

Se podíamos executar mais, podíamos, para o ano temos que executar mais, é verdade, porque temos lá dinheiro para executar e essa é uma das razões porque está a pedir ajuda às Juntas de Freguesia para que nós nos foquemos nas obras grandes e as Juntas de Freguesia se foquem nas obras pequenas. Nunca tínhamos dado tanto dinheiro na história da Câmara de Almodôvar como o dinheiro que vamos dar este ano às Juntas, ou seja, passamos de 350 mil euros para cerca de 700 mil euros de apoio às Juntas, portanto isto diz tudo. Nós temos que nos focar nas grandes obras do concelho para que as Juntas se foquem nas pequenas, para conseguirmos satisfazer as necessidades evolutivas do concelho e dinamizar e modernizar aquilo que é o nosso concelho para a futura geração e é isso que estamos a fazer. -----

Gostou de ouvir nesta análise, na última reunião de Câmara, da boca do Senhor Vereador um comentário positivo sobre que o PATECA, que estava a ser um programa realmente bom para o concelho. Finalmente estamos a fazer uma coisa boa para o concelho e fica nesta sessão o nosso agradecimento, também, aos senhores vereadores e deputados do PSD, por considerarem positivo uma medida tão importante e tão nobre para os nossos municípios nesta fase tão difícil. -----

[Durante a exposição do Presidente da Câmara, este foi várias vezes interrompido pelos deputados da bancada do PSD, cujas intervenções não se reproduzem por não se perceberem, uma vez que foram proferidas da bancada e sem microfone.](#)-----

Concluídas as intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a Prestação de Contas de 2019, Relatório de Gestão e demais documentos financeiros que a integram, bem como Propostas de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município à votação, tendo a Assembleia, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD), **deliberado**: -----

**1.º - Aprovar os documentos que integram a Prestação de Contas de 2019**, elaborados no âmbito do POCAL, de acordo com a Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Seção – Instruções n.º 1/2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Seção, e da Resolução n.º

2/14, de 27 de novembro do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

**2.º - Aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município** e respetiva avaliação reportado à data de 31 de dezembro de 2019, elaborado nos termos do POCAL e no cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o qual se encontra disponível para consulta pública na DAF; -----

**3.º - Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício 2019**, cujo montante global é de **€1.371.501,13**, nas condições expressas no ponto 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), concretamente nas seguintes contas: -----

**Conta 571 «Reservas Legais» - 5% - a que corresponde o valor de €68.575,06;** -----

**Conta 59 «Resultados Transitados» - 95% - cujo valor é de €1.302.926,07.** -----

**C.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a matéria e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara, se assim o entendesse, que nos esclarecesse sobre as principais disposições efetuadas nesta 1.ª Revisão, bem como as razões justificativas que tiveram na sua origem. -

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que foi aplicado um milhão e oitocentos mil euros, números redondos, o que é que fizemos, aplicamos em todas as despesas correntes para assegurar o funcionamento da Câmara até ao final do ano tudo aquilo que faltava, não se esqueçam que em março retiramos dinheiro de alguns sítios para assegurar rubricas ou despesas que não estávamos à espera e foram asseguradas. -----

Há um investimento superior a duzentos mil euros em materiais e em despesas relacionada com Covid, desde desinfecções, equipamentos, compras, apoios etc., para além dos apoios PATECA e dos apoios PETAL, que aprovamos para apoiar os computadores e também no apoio ao tecido empresarial. -----

Tirando isso há um gasto de cerca de duzentos mil euros, portanto um investimento com esta rubrica, esse dinheiro não estava em lado nenhum foi tirado de rubricas, e agora foi reposto, portanto, reforçamos todas as rubricas onde esse dinheiro foi tirado. -----

Reforçamos ou abrimos projetos que não tínhamos contado abrir no final do ano passado, à medida que foram surgindo oportunidades de candidaturas nós não falhamos nenhuma, ainda hoje estão a ser submetidas seis candidaturas, umas já estavam planeadas outras não estavam, surgiu a oportunidade e estamos cá. -----

Colocamos por exemplo dinheiro para a recuperação da Nora, colocamos dinheiro para obras no MESA, colocamos dinheiro pra as Mesas do Castelinho, colocamos dinheiro para todos estes projetos de museologia afetos que já falou, colocamos valores para a requalificação do campo de futebol da Aldeia dos Fernandes. Reforçamos rubricas de obras que não contávamos, colocamos dinheiro para uma obra que surgiu uma oportunidade de candidatura em frente à Biblioteca, que nós chamamos Inova Parque, é um projeto com capacitação, modernização e requalificação de toda aquela a área adjacente à Biblioteca. Colocamos dinheiro para alguns projetos, para preparação de projetos que não estavam previstos, portanto alocamos verbas onde elas de facto faziam mais falta, nomeadamente em obras que não tinham sido planeadas no final do ano de 2019 e que se viu a necessidade de a fazer. -----

Só no Rosário a obra estava insuficientemente dotada, colocamos cerca de 360 mil euros para terminar a obra, no loteamento jovem para terminar o projeto para que tudo siga para a frente, ainda este ano, aplicamos para gastar mais 40 mil euros, nos Parques Infantis do concelho, por uma normativa que saiu da ASAE, para que tivéssemos os parques com determinado tipo de infraestruturas, aplicamos nesta rubrica mais 40 mil euros. Na eficiência energética do concelho mais 120 mil euros, na requalificação do Centro Comerciale de Transportes para mudar toda aquela cobertura 160 mil euros e na sinalética vertical e horizontal do concelho 45 mil euros, que não vai chegar. -----

Portanto, de alguma maneira, 1 milhão e 800 mil euros foi aplicado mais uma vez naquilo que era necessário, ou naquilo que se viu nesta fase que ainda podíamos concretizar face às novas prioridades. Um dos exemplos mais concretos é a Escola EB2,3/S, o ano passado alocamos muito pouca verba, este ano já estamos a preparar o orçamento para se puder iniciar a obra, caso consigamos todos os projetos aprovados, ainda que tenhamos alguma verba para o fazer, porque se tornou uma prioridade. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado Fábio Batista.-----

O **deputado Fábio Batista**, no uso da palavra iniciou por dizer que sobre a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico 2020, apenas querem referir que com a aplicação do saldo de gerência, o orçamento passa para 22 milhões de euros. Acabamos de apreciar as contas de 2019, com uma execução de treze milhões e em 2020 há uma previsão para executarem 22 milhões de euros.-----

Quem é que acredita nesta situação? É preciso muito trabalho, mais dinamismo, mais capacidade, mais competência. Colocar muitas coisas nas GOP e apresentar orçamentos com muitos milhões, pode ser bonito e engraçado, são muitas promessas, muitas expectativas criadas mas, depois, mostrar total falta de capacidade para executar o que se comprometeu é muito mau e não serve os interesses do concelho e das pessoas. Não podemos votar favoravelmente este engano.-----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** quis frisar que têm 1 milhão e 800 mil euros para aplicar, têm que os aplicar, se os aplicassem em despesas correntes seriam naturalmente apontados como estando a aplicar numa coisa que disseram que não iam fazer, festas e guitarradas, até ao fim do ano, têm que o aplicar em projetos que acham que vão concretizar. -----

50% de execução que se faça este ano significa cerca de onze milhões de euros num investimento dos 22 milhões que o senhor deputado mencionou, comparado com há dois anos atrás os mesmos 50% de execução representariam oito milhões num orçamento de 16 milhões, portanto, a percentagem é sempre muito relativa, o importante é que tenhamos as contas em dia e façamos tudo aquilo que consigamos fazer, porque tudo não vamos conseguir fazer, nem nós, nem ninguém, mas o dinheiro tem que ser aplicado. Para ser mal aplicado, está a ser aplicado em obras cujos projetos estão prontos e cuja CCDR ou outro organismo tem financiamentos para eles, será uma maneira de deixar legado em obra e legado financeiro a quem vier a seguir a nós, sejamos nós, que assim o espera, ou sejam outros, mas o dinheiro está lá para continuarem a trabalhar, como nós estamos a trabalhar. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício económico de 2020, tendo a Assembleia Municipal, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD), **deliberado**: -----

**Aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Exercício Económico de 2020**, aplicando o Saldo da Gerência do Exercício de 2019, **no valor de €1.852.770,09** (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta euros e nove cêntimos) em conformidade com o estabelecido nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL e em cumprimento das disposições conjugadas na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

**C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2020:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e tal como no ponto anterior, solicitou ao Senhor Presidente que esclarecesse sobre as principais alterações ao Mapa de

Pessoal, bem como as razões justificativas que estiveram na base das alterações que aqui foram efetuadas. -----

O **Presidente da Câmara** disse que, a título genérico, relembra que tivemos no ano 2013 zero entradas, no ano 2015 quatro entradas, no ano de 2016 nove entradas, em 2017 duas entradas, em 2018 vinte cinco, que correspondem ao pessoal que estava em termos precários, em 2019 colocamos 18 pessoas dos concursos que fizemos em 2017 e em 2020 temos até ao momento três pessoas colocadas. Salienta isto porque também inclui aqui os professores das AEC, estão aqui dois ou três em cada ano, com a exceção deste ano, que não houve ainda contratação, o que só acontece em setembro. O número de saídas foi significativo também, em 2013 saíram 8, em 2014 saíram 5, em 2015 saíram 9, em 2016 saíram 5, em 2017 saíram 7, em 2018 saíram 19, em 2019 saíram 13 e em 20 saíram até agora 5, estas saídas são mobilidades, são reformas e são infelizmente alguns falecimentos.

Isto faz com que exista um equilíbrio muito ponderado do número de pessoas na Câmara Municipal para colmatar as necessidades. Há uma diferença, é que nós herdamos os colaboradores da Escola C+S de Almodôvar, que entraram este ano para o nosso quadro, em janeiro, portanto isso acresce aqui cerca de 34 funcionários. De resto, o equilíbrio está mais ou menos feito, mais cinco menos cinco, estamos nitidamente a precisar de pessoal pra reforçar especialmente nas escolas, onde nós quando uma pessoa adoece andamos aflitos com contratações, com pedidos de pessoas para nos virem ajudar, quando as áreas são outras, mantendo, por vezes, pessoas de uma área que nada tem a ver com aquela que nem formação têm, mas só para manter as crianças sob vigia, trazem pessoas dos museus para as escolas, das escolas para os museus e nós temos que começar a pensar em termos de qualidade e não temos qualidade, não conseguimos abrir um museu sete dias da semana, não conseguimos garantir uma escola cinco dias com vigilância, não conseguimos garantir serviços básicos e mínimos na autarquia se não tivermos ou pessoas ou contratação externa.-----

A Câmara em Almodôvar é o segundo maior empregador e não vamos conseguir deixar de o ser, porque as contratações externas também não são fáceis, porque não existem empresas suficientes para assegurar todos os trabalhos nesta fase, precisamos de colocar estas pessoas.-----

Precisamos de alterar o Mapa de Pessoal, porque estar a fazer um concurso público com a morosidade que tem, quando temos um concurso já feito com reservas suficientes para preencher as necessidades que temos, que surgiram com a vinda da escola, seria uma perda de tempo, daí que esta alteração surja agora para colmatar esta necessidade e tirar proveito dos concursos já existentes sem criar mais trabalho, mais morosidade e dando uma resposta já em setembro na abertura do ano escolar que dignifique, que seja capaz para preservar e para manter a qualidade com que as pessoas estão habituadas do serviço público em Almodôvar, por isso propõe a abertura destes novos postos de trabalho.-----

O **Presidente da Assembleia** disse que uma vez que falou na abertura do ano escolar, quer sublinhar que vai ser necessário um grande reforço a nível de pessoal auxiliar das escolas, com as regras que estão a ser impostas e que são necessárias, vai ser muito complicado, vai ser mesmo muito complicado, o início do novo ano escolar.-----

Seguindo, questionou os senhores deputados se alguém pretenderia fazer alguma intervenção.-----

Inscreveu-se o **deputado Jorge Marques**, que começou por dizer que estão aqui referidos 7 Assistentes Operacionais e, queria saber, para que área são em concreto estas sete pessoas, se inclui Professores, Auxiliares, quem?-----

O **Presidente da Câmara** respondeu que como Assistentes Operacionais não podiam exercer funções de áreas diferentes, tem a ver com limpeza, manutenção, apoio às salas de



aulas, nomeadamente, no Jardim de Infância e noutros estabelecimentos, também na Escola Secundária, na área operacional, sim essencialmente na área operacional. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL do Município de Almodôvar para vigorar no ano de 2020**, tendo a Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e do n.º 5 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD) **deliberado**: -----

**1.º - Aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2020**, de harmonia com os mapas anexos, cujos originais se encontram arquivados na pasta anexa ao livro de atas e que aqui se dão como totalmente reproduzidos; -----

**2.º - Aprovar a criação de sete (7) postos de trabalho não ocupados**, na carreira geral de assistente operacional, categoria de assistente operacional, área de educação, refletindo-se esta alteração no mapa de pessoal de 2020, conforme documento em anexo. --

**C.4 - RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL ELABORADA COM VISTA À IMPLEMENTAÇÃO DAS NOVAS MEDIDAS ADOTADAS NO ÂMBITO DO REGIME EXCEPCIONAL ESTABELECIDO PELA LEI N.º 06/2020, DE 10 DE ABRIL - COVID-19: -----**

O **Presidente da Assembleia** questionou o Presidente da Câmara no sentido de saber se pretenderia elucidar o plenário sobre os principais objetivos desta alteração orçamental, que consta do relatório que lhes foi entregue.-----

O **Presidente da Câmara** respondeu que estas medidas, como já explicou, foram medidas que na sua maior parte são de teor financeiro. Tiveram que implementar e abrir novas rubricas, no fundo essas rubricas vão permitir algumas candidaturas, tivemos que as dotar e chamar-lhes os nomes convenientes, para permitir que a DGAL nos aprovasse posteriormente as candidaturas à CCDD, estão prometidas mas ainda não saíram os avisos e baseado na Lei n.º 06/2020, de 10 de abril - covid-19 que reitera precisamente isso. Fizemos a adaptação necessária ao orçamento tanto em termos de rubrica como em termos de valores, basicamente é isso. Gostaria, aproveitando o ensejo, de dar nota das diversas medidas, apesar de terem recebido um relatório das medidas tomadas, daquelas duas mais importantes. -----

Em termos de computadores foram distribuídos 162 computadores a alunos de escalões etários diversos e 47 routers na medida chamada PETAL. Desses 162 computadores 49 foram para alunos do escalão A, 36 para alunos de escalão B e 76 para alunos sem escalão, alunos com necessidades diversas comprovadas e um dos computadores foi para uma entidade chamada CPCJ. Dentro deste âmbito o maior informador das necessidades foi o Agrupamento de Escolas, com quem trabalhamos em controlo e em informação diária e a seguir foi o nosso Gabinete de Ação Social, que identificou alguns casos ou outros casos vieram ter connosco e se demonstrou ou provou se eram ou não casos de necessidade. -----

Também dentro do PATECA, apoio ao tecido empresarial, para terem noção temos até ao momento aprovados 161 mil euros e ainda nos falta apresentar cerca de 90 candidaturas, que estão em análise pela Comissão. Foi criado um grupo específico para análise destas candidaturas, um grupo técnico, que as analisa e informa e, em cada reunião de Câmara, apresenta o seu relatório e a proposta de aprovação, ou não. -----

Desses 161 mil euros já pagamos 84%, só falta pagar os valores aprovados na última reunião de Câmara que foram cerca de 26 mil euros, daí que acha que estas medidas, todas elas que foram adotadas, mas especialmente estas duas, merecem que estejamos orgulhosos de pertencer tanto à Câmara Municipal como à Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito a deputada Ana Guerreiro. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Ana Guerreiro**, que quis saber em relação aos computadores se foram dados às crianças, aos alunos que necessitavam, se são deles ou foram emprestados?-----

Quis igualmente saber se na altura que foram entregues os computadores às famílias, se houve realmente da parte técnica, porque sabe que há muitas famílias que não têm, conhecimento e familiaridade com as novas tecnologias, se foi feita alguma formação para que eles conseguissem utilizar os computadores.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, quis acrescentar que assistiu e por isso sabe que foram dados alguns apoios técnicos às famílias, porque como professor assistiu a várias aulas, as chamadas aulas síncronas, através dos equipamentos que foram fornecidos. Houve em alguns casos dificuldades, mas isto tem a ver essencialmente com a dificuldade da rede, porque em certos sítios mais remotos não havia rede ou era muito fraca e às vezes era difícil os alunos acompanharem as aulas. Sabe que houve apoio técnico, assistiu pessoalmente, viu os próprios técnicos da autarquia prestarem apoio às famílias, está a falar em casos de alunos do 1.º Ciclo em que o apoio teria que ser prestado ao encarregado de educação, ao pai, à mãe, ao irmão mais velho e nalguns casos também a alunos.-----

O **Presidente da Câmara** respondeu que os computadores foram entregues casa a casa e foi-lhes dado explicações, não obstante isso, foi-lhes também dado explicações técnicas mais apuradas a quem precisou. Foi disponibilizada uma linha técnica só para esse efeito.--

Os computadores foram emprestados às pessoas, a Câmara não pode dar computadores sem terem a aprovação dos Órgãos, não podemos desfazer-nos de património sem aprovação, portanto foram cedidos aos alunos naquele ano, para o ano que vem, se houver necessidade emprestaremos outra vez. -----

Os computadores emprestados ainda não voltaram para a Câmara e nem sabemos se em alguns casos vão voltar, porque há alunos que vão continuar a precisar e vão passar de ano, eventualmente ficarão com a mesma máquina caso precisem. -----

Isso é um processo que será analisado durante o verão, portanto vamos continuar a ceder esses equipamentos e se for necessário adquirir mais, se a situação se mantiver teremos que adquirir mais. Agora que a situação já vai sendo mais fácil em termos de aquisição porque quando nós os adquirimos era quase procurar ouro em rio seco. -----

Durante a exposição do Presidente da Câmara, este foi várias vezes interrompido pelos deputados da bancada do PSD, cujas intervenções não se reproduzem por não se perceberem, uma vez que foram proferidas da bancada e sem microfone.-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação, a 11.ª Alteração Orçamental elaborada com vista à implementação das novas medidas adotadas no âmbito do regime excecional estabelecido pela Lei n.º 06/2020, de 10 de abril – Covid-19, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado**: -----

**RATIFICAR a 11.ª Alteração Orçamental elaborada com vista à implementação das novas medidas adotadas no âmbito do regime excecional estabelecido pela Lei n.º 6/2020, de 10 de abril – Covid-19.** -----

**C.5 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E GESTÃO TERRITORIAL:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e questionou o Presidente da Câmara se queria prestar alguns esclarecimentos adicionais sobre o que consta nos documentos.---

O **Presidente da Câmara** aclarou que abriram um concurso há relativamente pouco tempo, cerca de um ano e das quatro pessoas que concorreram ficou uma. A pessoa que ficou pediu mobilidade para Beja porque vivia em Beja e a Câmara de Beja abriu um procedimento ao qual ele se candidatou e ficou. Foi com pena nossa, naturalmente, mas não podemos obrigar ninguém a ficar onde não se sente bem. A pessoa fazia todos os dias estes kms e, de facto, compreendemos a situação. -----

Estes concursos não têm reserva de recrutamento, portanto não podemos usar o número 2 neste tipo de concurso, cada vez que há uma falha temos que voltar a abrir concurso, de maneira que estamos novamente a propor à Câmara e à Assembleia a aprovação para iniciar os procedimentos deste concurso e da futura contratação de um ou uma Chefe Divisão para as Obras Particulares e Públicas. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, não se tendo registado nenhum pedido.-----

Não havendo pedidos de intervenção sobre o assunto, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a Proposta do Senhor Presidente relativa à abertura de procedimento concursal e composição do respetivo júri para o procedimento com vista ao recrutamento de um dirigente de direcção intermédia de 2.º grau – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Gestão Territorial, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

**EMITIR parecer prévio favorável**, quer à abertura do procedimento concursal, quer à aprovação da composição do júri proposto, com vista ao recrutamento de um Dirigente de Direcção Intermédia de 2.º grau – Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Gestão Territorial, nos seguintes termos: -----

**Presidente do Júri:** Arq.º Joaquim Manuel Pires Farrajota da Ponte, Diretor do Departamento de Obras e Gestão de infraestruturas Municipais da Câmara Municipal de Loulé;-----

**Primeiro vogal efetivo:** Eng.º Rui Pedro Figueiredo Martins Figueira, Chefe da Divisão Técnica da Câmara Municipal de Aljustrel; -----

**Segundo vogal efetivo:** Dr.ª Maria Luísa Silva Lança, Chefe de Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiente da Câmara Municipal de Ourique. -----

**Vogais suplentes:** Eng.º Paulo António Dionísio Felizardo, Chefe da Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Obras Municipais da Câmara Municipal de Mértola; Dr.ª Paula Alexandra Caixeirinho Banza, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Aljustrel, sendo que o 1.º vogal efetivo substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos. -----

**C.6 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, COM VISTA AO RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA INTERVENÇÃO A REALIZAR NO PRÉDIO INSCRITO NO ARTIGO 283 DA SECÇÃO T DE ALMODÔVAR E GRAÇA DOS PADRÕES - MÁRTIR E SANTO, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e começou por dizer que esta questão do Reconhecimento Público Municipal é frequentemente solicitada na Assembleia quando se quer agilizar processos com questões que são efetivamente de interesse público.-----

Solicita ao Presidente da Câmara que esclareça as razões que levaram a fazer este pedido. -----

O **Presidente da Câmara** disse que uma das razões é que temos de fazer a divisão por lotes de um espaço, que se não for de interesse público torna-se um processo muito mais moroso e muito mais difícil.-----

Outra das razões é a celeridade de todo a logística do processo enquanto loteamento, se for de interesse público é um processo célere e rápido, se for simplesmente um registo de loteamento particular, que não seja considerado interesse público, é mais moroso, não é prioritário para a DGT. O interesse público só nos vai trazer vantagens em todos os sentidos, até porque depois no futuro qualquer alteração que se possa vir a fazer ou qualquer instalação de equipamento fora do âmbito normal, se o local for de interesse público, será muito mais fácil em termos de taxamento. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** perguntou aos Senhores Deputados se tinham alguma dúvida, se pretendiam solicitar algum esclarecimento adicional e abriu as inscrições para este ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição.

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a PROPOSTA n.º 19/Presidente/2020, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado**: -----

**Aprovar o Reconhecimento do Interesse Público Municipal** da intervenção a realizar no prédio inscrito com o artigo 283 da secção T de Almodôvar e Graça dos Padrões - Mártir e Santo, propriedade do Município de Almodôvar. -----

**C.7 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO, SITA NA RUA ANTÓNIO CÂNDIDO COLAÇO, COM ÁREA DE 72,74 M<sup>2</sup>, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse sinteticamente as observações que entendesse serem pertinentes. -----

O **Presidente da Câmara** explicou que a Santa Casa cedeu-nos um espaço ao longo da Travessa do Hospital para alargamento da via e criação de uma via pedonal e ciclovia, que irá fazer a ligação entre a EN 2 e que futuramente ligará ao Complexo Desportivo. O projeto é a ligação ao novo loteamento Mártir e Santo, que por sua vez vai fazer a ligação com todo o passadiço que vai passar junto da Escola Secundaria até ao Bombeiros, até à nova obra da entrada sul e para possível alargamento do estacionamento. -----

Em contrapartida, há uma zona em frente ao Centro de Saúde antigo que vamos ceder, um espaço na ordem dos 70 m<sup>2</sup>, que vamos ceder do domínio público para o domínio privado, ou seja, fazemos a contrapartida de terreno, dão-nos alguns bons metros quadrados, cerca de 200 m<sup>2</sup> e nós em contrapartida damos aqueles cerca de 70m<sup>2</sup> para permitirem entrada e saída de viaturas e um estacionamento pelo menos de viatura de emergência naquela zona. Também há outra contrapartida que é reconstrução do muro que vamos derrubar para poder fazer esse alargamento. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado José Guerreiro. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Guerreiro**, que quis mostrar alguma satisfação porque afinal de contas vai haver obra no antigo hospital, no entanto isto baralha-o um bocado. Não se admira do Presidente não se lembrar das áreas corretas porque, mesmo aqui escritas, num sítio diz uma coisa e noutra diz outras, isso realmente baralha. De qualquer maneira congratula-se que realmente venha a haver obras, mas não percebe bem a proposta da Santa Casa diz que permitirá alojar permanentemente 60 residentes em trinta quartos, depois aqui na planta não consegue ver trinta quartos, pergunta se há outro piso ou não? Parece que só há aqui 20 quartos. -----

Depois há aqui uma grande “patiada” que num lado diz um número e no outro lado diz outro número, mas portanto depois há uma retificação que vamos agora votar. -----

Efetivamente há uma troca e depois fica muito bem explanado num pequeno quadrozinho, portanto os 72m são praticamente equivalentes aos 78, depois a construção do muro dão mais 130m que é para alargar um pouco mais a rua e ter lá estacionamento.

Tudo bem, alguém deve ter feito as contas e bate certo e fazem permuta, no entanto, não sabe se esta área será suficiente para alargar a rua, visto que vai fazer essa faixa de estacionamento e passeio portanto fica exatamente com a mesma largura que tem de rua. Atualmente não há estacionamento nem passeio naquela travessa e, pelo que está aqui, é um passeio e um estacionamento, portanto a rua fica com a mesma largura de faixa, não sabe se será suficiente, portanto alguém fez o projeto deve estar a tratar disto. -----

Depois como se trata aqui da zona da EN 2, há uma zona que é a tal faixa não edificada, isso deve estar aqui também certamente cumprido, resguardado, portanto é só para saber se houve realmente estes preceitos aqui no projeto. Há as leis para cumprir e o negócio pode ser bom e já agora esclarecer aqui estes números, porque num lado diz uma coisa e noutro lado diz outra e isto realmente estar a aprovar coisas que não tem nada a ver, é só por isso. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que em primeiro lugar quer esclarecer uma coisa, eventualmente isto induziu-o em erro. Não sabe se vai haver obra na Santa Casa, não faz a mínima ideia. O projeto que está aqui serviu de fundamento para justificar esta necessidade deste 72 m<sup>2</sup>. -----

Não conhece este projeto da Santa Casa nem nós intercedemos em algum ponto neste projeto, portanto não exista aqui a ideia que nós estamos a participar neste ponto no projeto da Santa Casa. -----

Sabe que existe um projeto porque foi pedido à Santa Casa esta colaboração quando preparamos o projeto do loteamento e com a construção da Creche num dos lotes, que confina precisamente com o muro da Santa Casa, a Este, mas não sabe mais nada. -----

O que está aqui a ser tratado é o espaço da Travessa do Hospital, independentemente se vão ou não fazer este projeto, não sabe. -----

A Sul do Centro de Saúde antigo vamos alargar o projeto que foi desenvolvido pelos nossos técnicos, foi medido, julgando que as medidas estarão coerentes e corretas e que vão permitir precisamente o alargamento dessa faixa. -----

Não lhe pode responder se sim ou não tecnicamente, mas aquilo que foi aprovado em Câmara, as medidas aprovadas em Câmara justificavam precisamente esse valor e o que vamos aprovar é portanto a diferença entre o que é público neste momento, que é aquela faixa que está agora em passeio que vai ser cedida para permitir um estacionamento para a Santa Casa. -----

Foi estudado e foi falado com as Estradas de Portugal sobre a questão da área de não construção, isto não é considerado construção para eles, é um estacionamento que agora é via pública e passa a ser de domínio privado, porquê? Porque é para permitir um estacionamento só para a própria Santa Casa para depois não pagarem uma taxa de estacionamento. -----

Não estamos aqui a falar do projeto da Santa Casa, nem sabe se existe ou vai existir, não são contas do nosso Rosário. O projeto está aí só para fundamentar, para mostrar que esta faixa era necessária no sítio onde era, mais nada. -----

As contas foram feitas pelos técnicos, não pode responder por elas e já foi aprovado em Câmara, viu o projeto sabe que as medidas estão lá e se elas aparecem aqui cerca de 208 m<sup>2</sup> como cedidos para nós e cerca de 72m<sup>2</sup> cedidos de nós para eles é porque realmente correspondem, não quer dizer que no final disto tudo não haja para aí algum acerto, ainda há pouco tempo corrigimos uma medida que aferimos que faltavam lá 4 metros e qualquer coisa na caderneta e depois em medidas corretas se verificou que não estava certo, portanto penso que lhe respondi. -----

Viu-o virar-se um bocadinho para o facto de este projeto ser uma obra em vista, não sabe, espera que sim, da nossa parte apoiaremos o que for preciso, mas desconhece o projeto. -----

Não se tendo registado mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou esta matéria a votação, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD), **deliberado**: -----

**Aprovar a desafetação**, do domínio público municipal para o domínio privado municipal, **de uma parcela de terreno**, com **área de 72,74 m<sup>2</sup>**, sita na Rua António Cândido Colaço, destinada a anexação a prédio adjacente. -----

**C.8 - SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO:**-----

O **Presidente da Assembleia** aclarou que a matéria tem a ver com a substituição de membros da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

Esclareceu que na última sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de fevereiro na Aldeia dos Fernandes, dois elementos do Partido Socialista que integravam a CPCJ apresentaram o seu pedido de substituição por motivos diversos, tendo sido substituídos por outros dois elementos do mesmo partido de forma a manterem a representação partidária que foi acordada no início deste mandato.-----

Desde essa reunião para cá muita coisa se passou, tendo agora os dois elementos designados apresentado o seu pedido de substituição, também por motivos diversos, um deles por razões de saúde e ordem profissional, o outro por razões de disponibilidade ou falta dela que na altura não se verificava. -----

Esta alteração agora apresentada resultou de uma reflexão que foi feita no seio do Grupo Municipal do Partido Socialista, da qual ressaltou que a integração dos membros agora propostos seria uma mais-valia para a CPCJ, em virtude da sua formação e atividade profissional mais vocacionados para esta área, bem como da sua maior disponibilidade. ----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia leu na íntegra os dois pedidos de substituição, que aqui se dão como totalmente reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.-----

Assim, propõem os nomes do Senhor António Manuel Horta Fontinha, Deputado Municipal do Partido Socialista, funcionário público e muito ligado ao mundo das crianças e de jovens fruto da sua atividade como Chefe Regional da região de Beja dos escuteiros e da Senhora Sandrine Madeira Casimiro, psicóloga de profissão, ela própria uma jovem, que fruto da sua formação profissional, para além da disponibilidade que nos ofereceu, é uma pessoa bastante capacitada e que nos oferece todas as garantias para intervir nesta área.---

Esperam que estes membros mereçam a confiança dos senhores deputados municipais, tal como merecem a nossa confiança.-----

Para formalizarmos a sua substituição será feita uma votação por voto secreto, por se tratar de nomes, com a votação a traduzir-se pelo Sim para quem vota a favor e pelo Não para quem vota contra as substituições apresentadas. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação, **através de escrutínio secreto**, os nomes para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ em substituição dos Senhores deputados Vítor Manuel Vilhena Saleiro e Luís Carlos Piedade Martins, que obteve o seguinte resultado: -----

17 votos SIM -----

4 votos em branco -----

Nestes termos, **foi aprovado por maioria**, a designação do Senhor António Manuel Horta Fontinha e da Senhora Sandrine Madeira Casimiro, para substituírem os deputados Vítor Manuel Vilhena Saleiro e Luís Carlos Piedade Martins, na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. -----

O **Presidente da Assembleia**, aos novos elementos da CPCJ, desejou-lhes boa sorte, bom trabalho e que façam o melhor possível. São dois elementos bastante válidos para integrar aquela comissão que tem um trabalho tão importante e de tanta responsabilidade.

**C.9 - CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:** -----

O **Presidente da Assembleia** disse que relativamente a esta matéria se mantêm os pressupostos verificados nos anos anteriores, tendo a oposição auferido de todos os direitos e deveres que o seu Estatuto lhes confere, e que estão plasmados na Lei, não vendo, em sua opinião, motivo para discordar do que foi aprovado em reunião da Câmara Municipal onde este assunto foi abordado. -----

O **Presidente da Câmara** esclareceu que não fará nenhuma explanação, mas coloca-se ao dispor para qualquer questão ou esclarecimento que achem conveniente. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.** -----

**C.10 - CONHECIMENTO SOBRE AS MEDIDAS E AÇÕES ADOTADAS NO ÂMBITO DO COVID - 19:**-----

O **Presidente da Assembleia** pergunta ao Presidente da Câmara se pretende dar uma panorâmica geral sobre as principais medidas e ações que constam neste documento e que foram tornadas públicas em devida altura. Julga que da sua parte encaminhou todos os emails com as medidas que lhe foram chegando para os Senhores Deputados. -----

O **Presidente da Câmara** sublinhou que as medidas são conhecidas por todos, têm um relatório com aquelas que mais se salientam. Gostaria de deixar bem presente, foram todas aquelas que ajudaram o povo a passar este momento difícil, nomeadamente, a isenção do pagamento de água, logo no início, durante três meses e até 4m<sup>3</sup>, 50% para todas as instituições e empresas. Foi também notório o nosso apoio em termos de material cedido às instituições, aquele que íamos tendo, foi difícil arranjar material, mas aquele que conseguimos ter, desde termómetros, a máscaras, a gel, equipamento de proteção individual, tudo aquilo que conseguimos ter. Servimos Bombeiros, GNR, Brigada de Trânsito, Lares, IPSS, Centro de Saúde, na área dos serviços externos ao Centro de Saúde. Demos o nosso melhor em tudo aquilo que foi possível, criamos o programa de apoio ao tecido empresarial para permitir que alguns empresários mantivessem as portas abertas e que tivessem uma pequena injeção de dinheiro, sabemos que não resolvemos os problemas todos, mas também sabemos onde chegou esta verba a fundo perdido. Foi um programa quase único no país, certamente há outros municípios a fazerem coisas semelhantes, mas com este teor não conhece mais nenhum, de disponibilizar financeiramente estas verbas. A metodologia encontrada, podia ter sido dezenas de outras metodologias, mas esta pareceu-nos aquela que foi mais correta e coerente, com base no que foi o ordenado mínimo nacional e foi encontrar os 70%, 35%, 25% e 10% em diferentes situações, que pensamos que a nossa ajuda, ou julgamos ou queremos que assim seja, que a nossa ajuda tenha contribuído para que muitos empresários se tivessem mantido ativos ou que não tivessem perdido a esperança de que era possível continuar. Não sabemos se isto já acabou, não sabemos se temos que lançar outro programa ou não, vamos ver, temos alguma margem financeira, para isso vamos ver o que é que vai dar e estamos cá disponíveis naturalmente para apoiar. -----

Estas foram as principais medidas, os senhores deputados têm o relatório com todas as ações, desde o aumento de esplanadas gratuitas até à isenção de pagamentos de esplanadas, até aquilo que já mencionei, foi um conjunto de situações que fomos fazendo, incluindo uma das grandes medidas, e que inicialmente foi alvo de algumas críticas, infelizmente temos sempre estes médicos na sociedade que sabem de tudo, que foram os teste que nós fizemos. Fomos dos primeiros municípios a efetuar testes Covid, iniciamos com 333 testes dentro dos Lares e IPSS que aceitaram, não obrigamos ninguém, incluindo

colaboradores e utentes. Passamos depois para testes através de um protocolo feito entre a Cimbal e uma empresa do Algarve ligada aos laboratórios de análises e de doenças infecciosas. Continuamos com as funcionárias quando abrimos as escolas, com os Bombeiros, com as colaboradoras também do pré-escolar e ultimamente nesse acordo também incluímos mais 450 testes, números redondos, a todas as colaboradoras e utentes dos Lares e IPSS's de novo, ou seja, fizemos aquilo que estava ao nosso alcance e fizemos aquilo que a nossa consciência e profissionalismo, a nossa ética no momento achou que era mais útil ser feito. Se calhar das ações que tomamos, esta ação dos testes, em termos financeiros foi um custo para o município, mas não foi dinheiro dado a ninguém nem bens materiais, foi das melhores ações que tivemos porque prevenir é melhor que remediar e se calhar está convencido que a primeira série de testes ajudou a amedrontar para que as pessoas tivessem um certo receio e não facilitassem, ou também quebrar algumas cadeias que podiam estar eminentes e que foram ali detetadas. -----

Falou-se na altura que os testes eram isto, que eram aquilo, que não eram corretos. Não há testes falsos, há falsos positivos, mas todos os testes refletem aquilo que existe, a seguir, ou o sistema imunitário resolve o problema ou a pessoa já está na fase terminal da passagem daquele vírus, ou está a iniciar e não chega a tomar força suficiente para, não sei bem o termo médico, mas enfim se instalar no corpo humano. Mas o que é um facto, é que a quantidade de casos no país, a quantidade de situações que dá positivo, que dá negativo e volta a dar positivo etc., são inúmeras, portanto Almodôvar não foi exceção, tivemos aqui uns quantos casos desse "*camião da esperança*" que cá esteve, que infelizmente para nós deram positivo e se deram positivo são realmente positivos, tanto que são que da parte da saúde pública tomou as devidas precauções de isolamento etc., etc. Portanto está convencido que da parte da Câmara Municipal este tipo de ações que foram feitas foram benéficas para a população e foram um forte contributo para a mitigação, para minimização das possibilidades de contágio. Pensa que os senhores deputados verão com os seus próprios olhos, e os restantes vereadores, que o trabalho feito, foi todo aquele que estava ao nosso alcance à medida que as situações vão surgindo, como sempre disse, isto é uma posição evolutiva. Nunca pensámos ter que desinfetar ruas quando isto começou, desinfetámos todas uma série de vezes, o Mercado Municipal, outra medida que tomamos, as instalações da residência de estudantes ficou disponível com cerca de 24 ou 25 camas livres para acomodar casos Covid, ainda bem que nunca foi necessária, desinfetamos a Junta de Freguesia de Santa Clara onde infelizmente ocorreu uma situação também de um caso positivo, e que depois a seguir passados uns dias já deu negativo, mas a pessoa manteve-se em isolamento, desinfetamos o Mercado Municipal durante três meses e ainda continua até ao final de julho. A Casa Mortuária, todas as medidas tomadas e adotadas, incluindo o uso de máscara obrigatória aqui na Câmara, desinfetantes nas escolas etc., foi aquilo que estava ao nosso alcance, aquilo que a Direção Geral de Saúde ia indicando e que nós adotamos sem pestanejar, sem olhar a custos. Naturalmente pedindo orçamentos, mas sem olhar ao custo real da situação, porque em primeiro lugar está, naturalmente, a nossa saúde pública e aquilo que mais nos custaria teria sido perder vidas nesta situação, não tendo culpa das mesmas mas é sempre uma perda, por isso mesmo fizeram os possíveis para minimizar todas as probabilidades, desde manter pessoas em regime de teletrabalho, até manter pessoas em casa porque têm crianças, até ter a Câmara fechada, até abrir só a determinadas horas, até fazer um sistema de rotatividade e, uma coisa é certa, atrasamo-nos em muita coisa, é verdade, atrasamo-nos em trabalhos, em respostas, em respostas a projetos, em respostas a pareceres, atrasamo-nos mas mantivemos sempre o cumprimento das regras e tivemos sempre três equipas, uma em trabalho, outra em reserva e outra em casa, portanto tivemos sempre preparados para se acontecesse alguma coisa pudéssemos dar uma resposta imediata de substituição. As ruas nunca ficaram muito sujas, os caixotes do lixo nunca ficaram por despejar, mas sabemos que houve algumas lacunas, o que é compreensível tanto da vossa parte como da parte de todos os cidadãos do concelho e



como da nossa, porque não há ninguém neste concelho que queira que as coisas funcionem melhor que nós, quando uma coisa funciona mal sentimo-nos sempre mal com a mesma. ---

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito a deputada Ana Guerreiro. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Ana Guerreiro**, que começou por referir que a Câmara adotou as medidas que o Senhor Presidente referiu, o vírus ainda está cá e, quer saber, se por exemplo a Residência de Estudantes, que tinha 25 camas preparadas, ainda se mantém? São medidas que estão em vigor ainda? Portanto há algumas alterações ou está tudo preparado? Há um plano se surgir um surto qualquer? ----

Outra coisa que queria que lhe explicasse era o seguinte: no boletim da DGS, o concelho de Almodôvar já teve 9 casos ativos, já teve 8 casos ativos, neste momento tem 7 casos ativos, porquê esta variação? -----

O **Presidente da Câmara** referiu que lhe faz duas perguntas, sendo uma delas muito difícil de responder porque não sabe. -----

Relativamente às medidas que adotamos e aos espaços que temos preparados, sim mantêm o espaço e mantêm as medidas, com algum alargamento. A Câmara já abre até às 14:30 horas, vamos pouco a pouco alargando. -----

Em relação aos espaços mantêm tudo igual, não sabemos por quanto tempo porque ninguém sabe. -----

Relativamente aos casos da DGS, também está confuso e não temos ninguém que nos explique, mas deve dizer-lhe uma coisa, o primeiro caso que nós tivemos em Almodôvar, que depois passou para a filha, é público, não vou falar em nomes, mas é um caso público, teve Covid durante 2 meses e a filha teve Covid durante 2 meses e meio e a esposa que vive com eles nunca chegou a acusar positivo. É possível que esse número da DGS reflita aqui alguma situação desse género, que eu desconheço, sei que a DGS coloca os casos ativos mesmo os que já estão curados, fazem parte do histórico, mas não sabe explicar, só sabe que quando um caso existe fica lá para sempre e só anunciam de três para cima, portanto nós tivemos um mês e meio sem casos quando tínhamos dois. -----

Durante a exposição do Presidente da Câmara, este foi várias vezes interrompido pelos deputados da bancada do PSD, cujas intervenções não se reproduzem por não se perceberem, uma vez que foram proferidas da bancada e sem microfone. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.** -----

**C.11 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**

O **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e aclarou que decorre da lei, a Câmara tem de ter autorização da Assembleia para assumir encargos desde que não exceda o limite de €99.759,00, no entanto, tem que informar a Assembleia de todos os compromissos plurianuais reduzidos e não reduzidos a escrito. Aqui tem a listagem daqueles que são contratos feitos e daqueles que não são, portanto é uma questão de olhar, pois decorre da imposição da legislação, da Lei n.º 75/2013 e daquilo que foi aprovado em Assembleia Municipal, dando à Câmara Municipal autonomia, mas obrigando também a que esta faça esta informação a todos os eleitos da Assembleia Municipal. -----

Continuando, solicitou ao Presidente da Câmara se pretendia esclarecer alguma questão sobre a listagem em apreço, tendo o **Presidente da Câmara**, reservado a sua intervenção para eventuais questões que lhe possam ser colocadas. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.** -----

**C.12 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOSTERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO Art.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:-**

O **Presidente da Assembleia** introduziu ponto e questionou o Presidente da Câmara se pretendia ressaltar algum ponto relativo à Atividade do Município. -----

O **Presidente da Câmara** disse que gostava de falar um pouco do sistema. Gostaria de informar todo o plenário que neste momento estamos a trabalhar a 100% com sistema de registo documental, portanto, vamos pouco a pouco tentando eliminar os papéis e a movimentação de papéis de secretária para secretária, o objetivo será esse. Ainda estamos a um passo largo de o conseguir, mas estas mudanças para a informática têm trazido naturalmente alguns transtornos, alguns atrasos nos documentos, é bem natural que surjam algumas cartas a perguntar ou a pedir explicações, o porquê de algum atraso, mas esta gestão documental de toda a gente e a 100%, de vez em quando, há aqui um documento que fica escondido e às vezes até fica escondido na minha pasta, mas há aqui um documento ou outro que fica escondido porque às vezes não nos apercebemos, ainda estamos todos a aprender. Deixa esta nota e está à disposição para qualquer questão relacionada com o desempenho municipal neste período.-----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

**A Assembleia Municipal apreciou os documentos em apreço.** -----

**C.13- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

O **Presidente da Assembleia** disse que dava assim por terminada esta sessão da Assembleia Municipal, uma sessão surreal, num ambiente que passa agora a ser a “normalidade anormal” ou a “anormalidade normal” e agradeceu aos senhores deputados a disponibilidade e fez votos para que continuem de boa saúde e que tudo continue a correr bem por Almodôvar.-----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **zero horas e dezasseis minutos**, do dia **30 de junho de 2020**. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.** -----

E eu, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, em substituição do 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----